



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 47

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dias 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.033-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulament. o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 21 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

SESSÃO CONJUNTA

Em 27 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.033-C-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o Plano Nacional de Viação estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29.12.1964.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria votada
1	Alínea "g" do art. 1º, n. I;
2	Alínea "h" do art. 1º, n. I;
3	Alínea "d" do art. 1º, n. I;
4	Inciso II do art. 1º;
5	Inciso III do art. 1º.

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação dos arts. 168, § 1º, item II, 172 (caput) e 175 e acrescenta um parágrafo ao art. 173 do Decreto-lei nº 1.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos.

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 2.071-B/64 na Câmara e número 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal (veto total);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 1.176-B/63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território do Amapá (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.272-B/65 na Câmara e número 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará o seguro de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria vetada
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Art. 3º
3	3º	Art. 2º
5	3º	Art. 4º
4	3º	Art. 3º

SENADO FEDERAL

ATA DA 36ª SESSÃO,
EM 26 DE ABRIL DE 19664ª Sessão Legislativa,
da 5ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA
ANDRADE E GUIDO MONDINAs 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacarias de Assunção
Eugênio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Manoel Vilça
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Pedro Ludovico
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

(de 17 de fevereiro)

Restituição de autógrafos de Projetos sancionados

Nº 70-66 (nº de origem 20-66) — com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 322-65, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de

Cr\$ 110.000.000, destinado à construção de nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (projeto que se transformou na Lei nº 4.927, de 17-2-1966);

Nº 71-66 (nº de origem 21-66) com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 6-66, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000, destinado à aquisição de imóvel para a instalação da Central Telex, do Centro de Triagem Postal 1 e de uma agência em Curitiba, Estado do Paraná (projeto que se transformou na Lei nº 4.923, de 17-2-1966).

CFÍCIO

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

Projeto de Lei da Câmara
Nº 87, de 1966

(Nº 3.500-C/66, NA ORIGEM)

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 61 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 5º Os contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou entidades que integram o Sistema Financeiro da Habitação, bem como as operações efetuadas por determinação da presente Lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, os quais poderão ser impressos, não se aplicando aos mesmos as disposições do artigo 134, II, do Código Civil, atribuindo-se o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, aos contratos particulares firmados pelas entidades acima citadas até a data da publicação desta Lei”.

§ 6º Os contratos de que trata o parágrafo anterior serão obrigatoriamente rubricados por todas as partes em toda as suas folhas.

§ 7º Todos os contratos, públicos ou particulares, serão obrigatoriamente transcritos no Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura, devendo tal obrigação figurar como cláusula contratual”.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,
Ano Cr\$ 96

Exterior

Ano Cr\$ 135

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,
Ano Cr\$ 76,

Exterior

Ano Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Art. 2º O artigo 30 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. Todas as operações do Sistema Financeiro da Habitação, a serem realizadas por entidades estatais, paraestatais e sociedades de economia mista, em que haja participação majoritária do Poder Público, mesmo quando não integrantes do Sistema Financeiro da Habitação em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente corrigidas de acordo com os índices e normas fixados na conformidade desta Lei, revogadas as alíneas a e b do artigo 6º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1º Incide nas penalidades aplicáveis à ação ou emissão praticada no exercício de cargos ou funções públicas, capituláveis entre as responsabilidades administrativas, conforme estipulam os Estatutos dos Funcionários Públicos, o funcionário ou autoridade que descumprir o disposto neste artigo.

§ 2º Os índices e critérios de correção monetária mencionados neste artigo e fixados pelo Conselho Nacional de Economia, segundo normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Habitação, aplicam-se aos §§ 2º e 3º do artigo 52 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1965”.

Art. 3º Acrescente-se ao artigo 35 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, o seguinte parágrafo:

§ 8º Para os efeitos da contribuição de que trata este artigo, considera-se empresa o empregador como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como repartições públicas, autarquias, quaisquer outras entidades

públicas ou sociedades incorporadas, administradas ou concedidas pelo Poder Público, em relação aos respectivos servidores que sejam contribuintes de Institutos de Aposentadoria e Pensões”.

Art. 4º O artigo 34 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

“Art. 34. O Banco Nacional de Habitação por seu Conselho de Administração fixará o prazo de resgate, os juros e demais características das Letras Imobiliárias de sua emissão”.

Art. 5º O Banco Nacional de Habitação e as autarquias bancárias, cujo regime de pessoal os filie à Consolidação das Leis do Trabalho, terão a remuneração e os salários de seus dirigentes, conselheiros e servidores, submetidos à aprovação do Conselho Monetário Nacional e seu regime de trabalho fixado pelo respectivo Conselho de Administração, não se lhes aplicando as disposições da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, e a legislação subsequente sobre vencimentos e vantagens dos servidores públicos civis da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Prestação de contas da cota do Imposto de Renda recebida das Prefeituras Municipais:

— do Prefeito Municipal de Altamira, PA;

— do Prefeito Municipal de Vila Velha, ES;

— do Prefeito Municipal de Ataléia, MG;
 — do Prefeito Municipal de Formiga, MG;
 — do Prefeito Municipal de Inhapi, MG;
 — do Prefeito Municipal de Ouro Verde, MG;
 — do Prefeito Municipal de S. João Nepomuceno — MG;
 — do Prefeito Municipal de Hercúlia, SP;
 — do Prefeito Municipal de Rio Andaraí, PR.

OFÍCIOS

Cópia

CAMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DE ITABAPOANA

Estado do Rio de Janeiro

Bom Jesus de Itabapoana, 5 de abril de 1966.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal da República dos EE. UU. do Brasil.

Praça dos Três Podéres — Brasília — D. Federal

Excelência,

Nô da Silva Vargas, Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus de Itabapoana, leva ao alto conhecimento de V. Exa. que vem sendo impedido, com os demais companheiros eleitos para a Mesa deste Legislativo, de exercer suas funções, uma vez que uma minoria inconformada ocupou o recinto da Câmara e procedeu a "eleição" da nova Mesa.

Em face do esbulho e da infulgência da Lei, foi requerida ao MM. Juiz de Direito da Comarca medida cabível, encontrando-se a matéria em processo de julgamento. Entretanto, a Mesa "eleita" irregularmente, vem promovendo reuniões após convocação de um suplente e acaba, inclusive, de "aprovar" também irregularmente, as contas do Executivo referentes ao exercício p. findo.

A fim de resguardar os interesses do Município, do Estado e da União, faço a presente comunicação, pois os atos dessa Mesa "eleita" ao arripio da Lei, não tem qualquer valor ou significado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. — Nô da Silva Vargas, Presidente da Câmara.

Cópia

CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Estado do Paraná.

Nº 199-66.

Londrina, em 13 de abril de 1966

Excelência

Passo às mãos de Vossa Excelência o ofício, constante do Requerimento nº 30-66, de autoria do nobre vereador Sadao Masuko, devidamente aprovado pelo plenário desta Casa.

"A Câmara Municipal de Londrina, interpretando o pensamento do povo deste Município e de toda a região norte-paranaense e mesmo do país, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, manifestar a sua apreensão pelo exodo em massa de nossos cafeicultores para o Paraguai, fortalecendo o país vizinho como concorrente sério para o Brasil "rubícea".

São patricios nossos que, com a técnica e experiência adquiridas após dezenas e dezenas de anos de trabalho na cafeicultura nacional, transportam para o Paraguai os seus co-

nhcimentos, formando ali magníficas lavouras que, em futuro próximo competirão com as nossas.

Segundo nossa opinião, essa corrida para a nação vizinha só poderia ser sustada com o oferecimento, por parte de nosso Governo, aos nossos cafeicultores, de vantagens idênticas àquelas propiciadas pelo Governo paraguaio, aos que dedicam a esse ramo da agricultura.

Excelência: não só a técnica e a experiência nossas estão sendo transportadas para aquele país, como também o braço nacional, já tão escasso em nossas lavouras, o que contribuiu para dificultar e encarecer a mão de obra especializada dentro de nosso solo.

Certa esta Edilidade de que Vossa Excelência, atentando para a dura realidade do problema exposto, determinará as medidas cabíveis à sua pronta e eficiente solução, renova os seus protestos de elevada estima e superior consideração.

Respeitosamente. — Alcione Vi. Pimpão F. Alves, Presidente da Câmara.

PARECERES

Parecer nº 297, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1966 (nº 3.413-B, de 1966, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no artigo 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1960

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O projeto, ora submetido à nossa consideração, decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por escopo abrir crédito especial de um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros ao Ministério da Fazenda, a fim de regularizar a situação de 2.884 servidores, que tiveram seus vencimentos aumentados ante enquadramento decorrente do Decreto nº 56.396, de 1º de junho de 1965.

Na Exposição de Motivos de que fez acompanhar a proposição, o Sr. Ministro da Fazenda expendeu, entre outros, os seguintes argumentos dignos de relevo:

a) que os servidores a serem pagos através do crédito em apreço já foram bastante prejudicados, pois, vinham há quase um quinquênio percebendo vencimentos inferiores aos que lhe são devidos consoante decreto já referido;

b) que a Contadoria Geral da República e a Direção Geral da Fazenda Nacional, ouvidas sobre a matéria, se pronunciaram favoravelmente.

Aduziu ainda S. Exª considerar justos os reclamos dos referidos servidores, mantidos, por longo tempo, em situação economicamente inferior, em consequência de enquadramento provisório.

A Comissão, considerando justo o atendimento das reivindicações que a proposição encerra e fazendo remissão aos pareceres já expendidos sobre a matéria, manifesta-se, no âmbito de sua competência, favoravelmente ao projeto.

E' o parecer

Sala das Comissões, 26 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — José Leite. — Pessoa de Queiroz. — Manoel Vilaca. — João Abrahão. — Eugênio de Barros. — Domicio Gondim. — Adolpho Franco.

Parecer nº 298, de 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1966 (nº 3.491-B, de 1966, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação e reparos gerais em edifícios em que se encontram instalados órgãos daquele Ministério.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores crédito especial destinado a obras de complementação e reparos gerais em prédios onde funcionam órgãos daquela Secretaria de Estado.

O Sr. Ministro da Fazenda, na exposição de motivos de que fez acompanhar o projeto, ressaltou a urgência das reformas nos prédios utilizados pelos órgãos do Ministério da Justiça discriminados no artigo 1º da proposição, face ao estado precário em que se encontram.

Aduziu ainda Sua Excelência que a despesa em foco não prejudicará a programação financeira do Governo, pois, como compensação, foi incluída no fundo de Reserva, no exercício de 1965, verba correspondente ao valor do crédito ora vindicado.

A Comissão, ante o exposto, e fazendo remissão aos argumentos expendidos na mencionada Exposição de Motivos, no sentido da urgência e necessidade das reformas colimadas pelo projeto, manifesta-se pela sua aprovação.

E' o parecer.

Sala das Comissões, 26 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Wilson Gonçalves. — José Leite. — Manoel Vilaca. — João Abrahão. — Eugênio Barros. — Domicio Gondim. — Adolpho Franco.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

A Ordem do Dia de hoje é destinada à audiência do Sr. Ministro das Minas e Energia. Nos termos do Regimento Interno, nesta sessão não haverá inscrição de oradores, conforme ocorre nas sessões ordinárias.

O Sr. Ministro ainda não se acha no edifício do Senado. Assim sendo, irei suspender a sessão até que Sua Exª chegue a esta Casa, para ser recebido em plenário.

Os Srs. Senadores ficam avisados de que, em seguida à sessão na qual será ouvido o Sr. Ministro das Minas e Energia, será realizada uma outra, com Ordem do Dia, a ser anunciada ao fim desta. Assim, suspendo a sessão para aguardar a chegada do Sr. Ministro das Minas e Energia.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 55 minutos e reaberta às 15 horas e 10 minutos)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio
 Lobão da Silveira
 Sebastião Archer
 Dinarte Mariz
 Domicio Gondim
 Dylton Costa
 Milton Campos

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Acha-se na Casa Sua Excelência o Senhor Ministro das Minas e Energia, Dr. Mauro Thibau, convocado em

virtude do Requerimento nº 84, de 1966, do Sr. Senador José Ermírio, a fim de ser ouvido sobre o aproveitamento dos resíduos piritosos das minas de carvão, para extração de enxofre.

Para introduzir Sua Excelência em plenário, designo a Comissão constituída pelos Srs. Senadores Gay da Fonseca, Wilson Gonçalves e Edmundo Leal.

(Acompanhado da Comissão é introduzido no recinto e toma assento no plenário o Sr. Dr. Mauro Thibau, Ministro das Minas e Energia)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senado tem hoje a satisfação de receber o Senhor Ministro das Minas e Energia, Dr. Mauro Thibau, que aqui comparece atendendo a convocação que lhe foi formulada através do Requerimento nº 84, de 1966, do Sr. Senador José Ermírio, a fim de ser ouvido sobre o aproveitamento dos resíduos piritosos das minas de carvão para extração de enxofre.

S. Exª, na sua exposição ao Plenário, ficará subordinado ao Regimento Interno, naquilo que se refere à concessão e uso da palavra aos Senhores Senadores. S. Exª não poderá ser, durante o período de exposição, apartado por nenhum dos Senhores Senadores, como também não poderá apartear Senadores, quando estes estiverem fazendo interpelações.

Sobre a mesa acha-se aberto o registro de Senadores que desejem interpellar o Sr. Ministro.

Antes de dar a palavra a S. Exª, a Presidência apresenta ao ilustre Ministro de Estado as suas boas vindas, na esperança de que as informações que vem trazer a esta Casa sejam da mais alta relevância e sirvam para pleno esclarecimento do problema no qual S. Exª é tão profundamente versado.

Com estes prognósticos, a Presidência da a palavra ao Sr. Ministro que deverá ocupar a tribuna, onde poderá, inclusive, contar com a assistência de seus assessores na sua exposição.

Com a palavra o Sr. Ministro Mauro Thibau.

A EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO MAURO THIBAU, AS INTERPELAÇÕES DOS SENHORES SENADORES JOSÉ ERMÍRIO, DOMÍCIO GONDIM, ANTONIO CARLOS E JOSAPHAT MARINHO, E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS DE SUA EXCELENCIA SERÃO PUBLICADAS POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Antes, porém, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, a realizar-se às 17 horas e 30 minutos de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 80, DE 1966

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1966 (nº 3.611-A-66 na Casa de origem), que prorroga o prazo para apresentação de declaração de renda (incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 171, alínea "e", do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.

**ATA DA 37ª SESSÃO,
EM 26 DE ABRIL DE 1966
(Extraordinária)**

**PRESIDENCIA DO SR. MOURA
ANDRADE**

As 17,30 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Eugenio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Joaquim Parente
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Duarte Mariz
Manoel Villça
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Emílio de Moraes
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
Pedro Ludovico
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondim
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Não há expediente para leitura.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 157, de 1966

Senhor Presidente:

Requiro, regimentalmente se ofício ao Ministério das Relações Exteriores para que se digne fornecer a seguintes informações:

a) Quantas consultas foram dirigidas pelo Governo dos Estados Unidos ao Governo do Brasil, a partir de fevereiro de 1965, visando a inversões de capital norte-americano em nosso País, segundo as normas fixadas no Acordo de Garantia de Investimentos concluído entre os dois Governos? Qual a decisão, em cada caso, adotada pelo Governo brasileiro?

b) Confirmaram-se as perspectivas anunciadas pelo Ministério das Relações Exteriores, na época em que foi firmado o mencionado Acordo, segundo as quais a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID) havia rejeitado de inversionistas norte-americanos, até fevereiro de 1965, 52 solicitações de garantias, representando em valor total de US\$ 533 milhões em condições de serem imediatamente investidos?

c) Caso não se tenha confirmado essa expectativa, a que motivos o Governo brasileiro atribui a desistência dos inversionistas norte-americanos?

d) E' propósito do Governo brasileiro estabelecer com outros países ajustes da natureza do Acordo de Garantias firmado com o Governo norte-americano?

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1966. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Requerimento lido será publicado e, em seguida despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade).

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do requerimento.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 158, de 1966

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

O infra-firmado, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 42 do Regimento Interno do Senado Federal, achando-se temporariamente impossibilitado de comparecer às sessões, vem requerer a Vossa Excelência, para os devidos efeitos legais, que se digne de lhe conceder licença pelo prazo de 100 (cem) dias.

Térmos em que

Fede deferimento.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1966. — Antônio Balbino.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A licença requerida pelo Sr. Senador Antônio Balbino destina-se a tratamento de saúde. O requerimento está devidamente instruído com laudo médico, de acordo com o art. 42, § 1º, do Regimento Interno.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, é concedida licença para tratamento de saúde ao Senador Antônio Balbino. Será convocado seu suplente, o Senador Eduardo Catalão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Na sessão do dia 20 do corrente foi lido o requerimento, de nº 153, do Sr. Senador Benedito Valadares e, outros, solicitando designação de Comissão especial, de seis Membros, para representar o Senado nas solenidades da VIII Exposição Nacional de Gado, a instalar-se no dia 6 de maio, em Uberaba, Minas Gerais, a exemplo do ocorrido em anos anteriores.

Por falta de número na oportunidade, o requerimento não foi votado, devendo se-lo neste instante.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Para a Comissão destinada a participar das solenidades de inauguração da VIII Exposição Nacional de Gado Zebu, em Uberaba, designo os Srs. Senadores Benedito Valadares, Wilson Gonçalves, Dix-Huit Rosado, José Feliciano, Sigefredo Pacheco e José Emílio.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Na sessão de ontem foi enviado à Mesa requerimento que, por se envolver matéria inerente à hora do Expediente, ficou para ser lida hoje.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do requerimento.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 159, de 1966

Requeremos, com fundamento no art. 164 do Regimento Interno, seja o expediente da sessão de 29 do corrente dedicado às comemorações do "Dia do Trabalho".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1966. — Jefferson de Aguiar. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Edmundo Levi. — José Ermírio. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será objeto de deliberação ao fim da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Vai-se passar à

ORDEM DO DIA

Item único:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1966 (nº 3.611-A-66 na Casa de origem), que prorroga o prazo para apresentação de declaração de renda (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, alínea "e", do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa o Parecer da Comissão de Finanças, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 299, de 1966

D. Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1966 (na Câmara nº 3.611-A), que prorroga os prazos para apresentação de declaração de renda.

Relator: Sr. Senador Wilson Gonçalves

O projeto de lei ora sob nosso exame, de autoria do nobre Deputado José Esteves, prorroga, até 15 de maio do corrente ano, os prazos para a apresentação de declarações de renda por parte das pessoas físicas e jurídicas.

Trata-se de projeto para atender a uma situação de emergência. O contribuinte do imposto de renda vê-se, em verdade, quase impossibilitado de atender à exigência legal da declaração, ante as alterações sofridas pela legislação. Com o projeto, o autor visa a beneficiar, sobretudo, o poder público, pois ao admitir a prorrogação do prazo para entrega das declarações até 15 de maio, permite que venha o mesmo receber ditas declarações em maior número e mais ajustadas os novos termos da legislação específica.

Somos assim de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — José Leite — Pessoa de Queiroz — Manoel Villça — João Abrahão — Eugênio Barros — Domício Gondim — Adolpho Franco.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 80, DE 1966**

(Nº 3.611-A-66, na Casa de origem)

Prorroga os prazos para apresentação de declarações de renda

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 15 de maio de 1966, os prazos para apresentação de declaração de renda das pessoas físicas e jurídicas, no corrente exercício.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente foi lido requerimento de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar e outros Srs. Senadores em que pedem, com fundamento no art. 164 do Regimento, seja o expediente da sessão de 29 do corrente destinado às comemorações do Dia do Trabalho.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

De acordo com o deliberado, o expediente da sessão de 29 do corrente será dedicado às comemorações do Dia do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21,30 horas, o Congresso Nacional estará reunido para apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei que modifica o Plano Nacional de Viação, estabelecido pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 27 de abril de 1966

(Quarta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1966 (nº 3.505-A, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), tendo

Pareceres favoráveis

da Comissão de Constituição e Justiça (oral, proferido na sessão de 25 do corrente) e da Comissão de Projetos do Executivo (nº 259, de 1966).

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1966 (nº 3.438-A-66, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinados a suprir deficiência da verba de substituições, tendo

Parecer favorável, sob nº 277, de 1966 da Comissão de

Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1966 (nº 3.445-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que isenta dos impostos de im-

portação e de consumo equipamento destinado a instalação de uma fábrica de fios de algodão, tendo
Parecer favorável, sob nº 276, de 1966 da Comissão de
 — Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1966 (nº 3.446-B-66, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para pagamento à Santa Casa de Misericórdia das despesas com os funerais de Ary Barroso, tendo
Parecer favorável, sob nº 270, de 1966, da Comissão
 — de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1966 (nº 3.449-B-66 na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninos, Estado da Bahia, tendo
Parecer favorável sob nº 273, de 1966, da Comissão
 — de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1966 (nº 3.450-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A., tendo
Pareceres favoráveis, sob ns. 262 e 263, de 1966, das Comissões
 — de Projetos do Executivo e
 — de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1966 (nº 3.47-B-66 na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas de Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS no 1º semestre de 1966, tendo
Parecer favorável, sob nº 272, de 1966, da Comissão
 — de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1966 (nº 3.493-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis, postos à disposição de corpos de tropa ou de estabelecimentos militares, tendo
Pareceres favoráveis, sob ns. 265 e 266, de 1966, das Comissões
 — de Projetos do Executivo e
 — de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1966 (nº 3.501-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República,

que reajusta a pensão especial concedida a Calíope Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892, tendo
Pareceres favoráveis, sob nº 274 e 275, de 1966 das Comissões de
 — Projetos do Executivo e
 — Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara, nº 54, de 1966 (nº 3.502-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e das outras providências, tendo
Parecer favorável, sob nº 271, de 1966, da Comissão
 — de Projetos do Executivo.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1966 (nº 3.473-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.150, de 1º de novembro de 1960, tendo
Parecer favorável, sob nº 297, de 1966, da Comissão de Finanças.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 156, de 1966, pelo qual a Comissão Especial destinada ao Estudo e à coordenação de Medidas Exportação das matérias-primas e Produtos Agropecuários Nacionais solicita seja convocado o Ministro de Estado das Relações Exteriores para, perante a Comissão, prestar esclarecimentos sobre o contrabando de produtos minerais no País.
 Está encerrada a sessão.
 (Levantou-se a sessão às 17 horas e 55 minutos)

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

GRUPO BRASILEIRO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 1966

Aos nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezessete horas, na sala da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, reúne-se a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Senadores Rui Palmeira, Presidente, Gilberto Marinho, Segundo Vice-Presidente, Filinto Müller, Rui Carneiro e Barros Carvalho e os Senhores Deputados Antônio Feliciano, Primeiro Vice-Presidente, Nelson Carneiro, Benedito Vaz, Oscar Corrêa, Franco Montoro, Ernani Satyro, Segismundo Andrade e Antônio Carlos Magalhães. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Secretário Geral faz a leitura do relatório financeiro correspondente ao exercício de mil e novecentos e sessenta e cinco. Terminada a leitura, a Comissão designa os Senhores Deputados Segismundo Andrade e Benedito Vaz para examinar as contas do Grupo. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente esclarece aos presentes que a subcomissão da Comissão Cultural, da qual é membro, criada em Dublin, reuniu-se em fins de janeiro último, em Paris, sendo designado o Senador Gilberto Marinho para substituí-lo nessa reunião.

O Senador Gilberto Marinho viajou sem ônus para o Grupo, sendo ressarcido apenas na passagem Rio-Paris-Rio. A seguir, a Comissão ouve a leitura do relatório, apresentado pelo Deputado Antônio Feliciano, sobre a atuação da Delegação Brasileira à 54ª Conferência Interparlamentar, a saber: "Senhor Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar: Em obediência ao disposto no artigo vinte e sete do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, passo a relatar os trabalhos da Delegação Brasileira à 54ª Conferência Interparlamentar, realizada em Ottawa — Canadá — de 8 a 17 de setembro de 1965. Compareceram ao Conclava representantes de 60 países membros da União, sendo que 437 delegados e 128 assessores. A Delegação Brasileira ficou assim constituída: Senadores Argemiro Figueiredo, Joaquim Parente, Manoel Villça, Miguel Couto, Sigefredo Pacheco e Wilson Gonçalves; Deputados Antônio Feliciano, Chefe da Delegação, Afrânio de Oliveira, Edgard Pereira, Luiz Francisco, Luiz Pereira, Souto Maior, Tarso Dutra, Waldyr Simões, Wilson Falcão; Secretária Heloisa de Souza-Dantas; Assessores de Imprensa Marcos Faria e Benedito Coutinho. A Sessão Solene de Instalação se realizou na manhã do dia 8 de setembro, dela participando o Governador Geral do Canadá, General Georges P. Varnier. Durante a cerimônia discursaram os Srs. Alan A. McNaughton, Presidente da Câmara dos Deputados do Canadá, J. M. Dessureault, Presidente do Grupo Canadense e Ranieri Mazzilli, Presidente do Conselho Interparlamentar. Os trabalhos foram iniciados logo após o encerramento da Sessão de Instalação, sendo eleito Presidente da 54ª Conferência o Senador J. M. Dessureault. Nessa oportunidade, o Sr. Antônio Feliciano foi designado Vice-Presidente da Conferência. As sessões dos dias 8 e 9 foram destinadas ao debate do relatório do Secretário Geral da União Interparlamentar. Durante a manhã do dia 9 foi suspenso o debate geral e o Sr. C. V. Narasimhan, representante de U Thant, fez a leitura da Mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas à 54ª Conferência. Dia 10 de setembro teve início o debate sobre "As Nações Unidas como instrumento de cooperação internacional para a paz e o desarmamento", que prosseguiu até o dia 11. Ainda no dia 10, os Grupos da URSS e da RAU apresentaram proposições relativas à guerra no Viet-Nam, as quais foram rejeitadas pela Conferência. Na tarde do mesmo dia, os delegados ouviram o Sr. Blamont, que apresentou Mensagem do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho. Nos dias 13 e 14 de setembro foi discutido o tema "Novas perspectivas das relações econômicas internacionais". Na tarde do dia 14, foram votados, sem debate, 4 projetos de resolução. Os relativos a "O problema demográfico às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre população mundial", "As relações da União Interparlamentar com a UNESCO" e "O emprego da televisão e de outros métodos modernos na educação de crianças e adultos, num espírito de paz e amizade internacionais" foram aprovados por unanimidade. O projeto de resolução sobre "O problema do apartheid" à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem" foi aprovado por 566 votos contra 10 e 9 abstenções. A 15 de setembro foi iniciado o debate sobre "Medidas a serem tomadas para reforçar a eficiência da instituição parlamentar", que se estendeu até o dia 15. Na tarde do segundo dia, o Deputado Nelson Carneiro pronunciou um discurso no qual alegou julgar essencial que os próprios parlamentares tomassem a iniciativa de modernizar suas instituições. Esclareceu que os

congressistas devem esforçar-se na construção desse objetivo sem sacrificar o direito de expressar suas diferenças de opinião. Ressaltou a importância da cooperação da Imprensa, pois esta tem de reconhecer que deve, antes de tudo, defender a liberdade. Opinou que o caráter temporário dos mandatos legislativos reforça o Congresso, pois seus membros são, nas eleições, julgados pelo povo. Finalizando, declarou que a reeleição, por unanimidade, do Deputado Ranieri Mazzilli constituiu motivo de orgulho para a Delegação Brasileira. Ainda no dia 16, por não ter sido obtida a maioria de dois terços, não pôde ser apreciado o projeto de resolução, apresentado pelo Grupo Francês sobre "A situação no Viet-Nam". Durante a Conferência, reuniram-se também diversos órgãos da União Interparlamentar, conforme passo a expor. Grupo Interparlamentar Americano — O GRIA reuniu-se no dia 11 de setembro, presentes representantes dos países americanos membros da União. Durante essa sessão ficou deliberado que as Conferências Ordinárias da Organização seriam, doravante, realizadas durante as Conferências Interparlamentares. Ficou, ainda, resolvido, por unanimidade, que os integrantes do GRIA assumissem o nome do Senador Carrillo Smith, Perú, para uma das vagas a serem preenchidas na Comissão Executiva. Conselho Interparlamentar — Representaram o Brasil no Conselho Interparlamentar os Senhores Senador Sigefredo Pacheco e Deputado Nelson Carneiro, substituindo, respectivamente, os Srs. Senadores Filinto Müller e Rui Palmeira, membros permanentes do órgão. A eleição para a Presidência do Conselho Interparlamentar realizou-se no dia 14 de setembro, sendo eleito, por aclamação, o Deputado Ranieri Mazzilli, por um período de dois anos. Comissão Executiva — Dia 15 de setembro, o plenário da Conferência elegeu os Senhores J. M. Dessureault, Canadá, e C. de Baek, Bélgica, para as duas vagas existentes na Comissão Executiva. Comissões Permanentes — Os Delegados Brasileiros participaram, ativamente, dos trabalhos das Comissões. A representação do Brasil ficou assim distribuída: "Comissão para o Estudo das Questões Políticas, da Segurança Internacional e do Desarmamento", Senhores Senador Wilson Gonçalves e Deputado Luiz Francisco; "Comissão Econômica e Social", Srs. Senador Manoel Villça e Deputado Souto Maior; "Comissão para os Territórios não Autônomos e Estudos das Questões Étnicas", Senhores Deputados Antônio Feliciano e Luiz Francisco; "Comissão para o Estudo das Questões Culturais", Senhores Senador Sigefredo Pacheco e Deputado Waldyr Simões; e, "Comissão Parlamentar e Jurídica", Senhores Senador Miguel Couto e Deputado Nelson Carneiro. Na manhã do dia 17 de setembro foram terminados os trabalhos da 54ª Conferência Interparlamentar. Antes de encerrar este relatório, cumpre-me elogiar a atuação da Embaixada Brasileira no Canadá. O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa e seus Secretários, Paulo Figueira Batista, José Ferreira Lopes e Alvaro Gurgel de Alencar Netto, foram inextinguíveis no assessoramento à Delegação e posso mesmo assegurar que, em todas as Conferências Interparlamentares de que participei, jamais encontrei Missão Brasileira que melhor colaborasse e mais se esforçasse em auxiliar os Membros do Congresso Nacional. Também desejo destacar a colaboração dos Jornalistas. Ambos assistiram, com aptidão, nossos Delegados e o Sr. Benedito Coutinho enviou ao Brasil uma série de artigos, focalizando os trabalhos da Conferência. Finalizando, julgo de justiça ressaltar o excelente assessoramento prestado à Delegação pela

Secretária, Heloisa de Souza Dantas, que, no desempenho de suas atribuições, aliadas à finura no trato, demonstrou capacidade e eficiência incommuns. Estas, Senhor Presidente, as considerações que tenho a honra de submeter a Vossa Excelência a respeito da atuação da Delegação Brasileira à 54ª Conferência Interparlamentar. — Brasília, 15 de fevereiro de 1956. — Deputado Antônio Feliciano, Chefe da Delegação. Em seguida, é lida carta do Deputado Maurício Mazzilli Presidente do Conselho Interparlamentar, que trata de dotação consignada à União Interparlamentar, constante do Orçamento da República, Anexo do Ministério das Relações Exteriores. Prosseguindo, a

Comissão Executiva autoriza o Presidente do Grupo a procurar o Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de ficar estabelecido o número de deputados que comparecerão à reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Camberra, de onze a dezesseis de abril próximo. Analizando a Comissão aprecia o nome do Deputado Norberto Schmidt, que apresentou sua adesão ao Grupo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos às dez horas e trinta minutos e, para constar, eu, A. Lazary Guedes, Secretário Geral, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais."

ATA DA 24ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1965.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às nove horas, sob a presidência do Sr. Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente — no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, José Ermirio, Relator, Raul Giuberti e Argemiro de Figueiredo, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para tomada do depoimento do Senhor Doutor Oscar de Oliveira, Presidente da Companhia Siderurgica Vale do Rio Doce. Comparece, ainda, o Senhor Senador José Leite.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Presidente, e Atílio Fontana.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente dá ciência aos membros da Comissão do comparecimento do Senhor Oscar de Oliveira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce e, na oportunidade, convida sua renhria a tomar assento a mesa dos trabalhos.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Doutor Oscar de Oliveira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para que preste os esclarecimentos solicitados e constantes do temário previamente elaborado pelo Senhor Relator.

Com a palavra, o depoente passa a fazer uma exposição sobre a situação da exportação do minério de ferro em volume e preços, posição dessa empresa em face dos favores concedidos a Hanna e quais as providências julgadas necessárias para ampliação dos seus negócios e dos interesses da empresa.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Senador Heribaldo Vieira transmite a Presidência ao Senhor Senador José Feliciano.

Concluída a explanação do depoente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio que passa a formular indagações ao convidado.

Em prosseguimento, respondidas as perguntas do Senhor Relator, o Senhor Presidente apresenta os agradecimentos da Comissão ao depoente, determinando que o apanhamento

taquigráfico dos debates, juntamente os dados apresentados, passa a fazer parte integrante da presente ata, sendo publicadas, como anexos, no Diário do Congresso Nacional.

O Senhor Presidente, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, encerra a presente reunião, e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 24ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1965, ÀS 9,00 HORAS.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Integra do Apanhamento Taquigráfico referido na Ata

Presidente: Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente — no exercício da Presidência.

Relator: Senador José Ermirio.

Convidado: Dr. Oscar de Oliveira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Estão abertos os trabalhos da nossa reunião.

Há requerimento no sentido de que seja dispensada a leitura da Ata da sessão anterior. (O requerimento é aprovado).

Aprovado o requerimento de dispensa da leitura da ata na forma regimental, passo, imediatamente, a palavra ao nosso convidado de hoje, Dr. Oscar de Oliveira, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, a fim de que traga a Comissão os esclarecimentos solicitados e constantes do temário que lhe foi oferecido.

Posteriormente, usará da palavra o Sr. Relator e demais Senadores que quiseram usar.

Tem a palavra o Dr. Oscar de Oliveira.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é honra para mim estar presente aqui, no território legislativo, prestando informações, fazendo depoimento do que representa o meu dia-a-dia, e ficarei muito feliz se vier contribuir para crescente entendimento dos problemas da Nação, no meu caso os ligados à produção, ao transporte e ao comércio do minério de ferro.

Sobre o tema que me foi enviado — situação da exportação de minério de ferro em volume e preços, posição dessa empresa, isto é, da Vale do Rio Doce em face dos favores concedidos a HANNA, e quais as providências julgadas necessárias para ampliação dos seus negócios, de interesse da empresa — confesso a V. Exas. que não pretendo alongar-me na parte expostiva, deixando para a segunda parte, a das perguntas, as respostas mais pertinentes à curiosidade dos Srs. Senadores.

A situação da exportação do minério de ferro no Brasil, como já é sobejamente sabido, o Brasil é um dos maiores detentores de reservas de minério de ferro do mundo.

Desde 1910 tornaram-se conhecidas essas reservas através de comunicações feitas pelo geólogo Orville Derby, chefe do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, ao Congresso Internacional de Geologia reunido em Stockholm.

Por razões várias, entretanto, somente a partir de 1941 quando foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, foi iniciada a exportação dessa matéria-prima.

O programa inicial da Companhia previa uma exportação de 1.500.000 toneladas, que foi alcançada em 1952. A partir daí vem a Companhia aumentando sua exportação, devendo alcançar neste ano a etapa de 10.000.000 toneladas, o que a coloca em posição de destaque como um dos maiores fornecedores de minério de ferro aos países consumidores.

Apesar da excelente qualidade química do minério brasileiro, sua posição competitiva no mercado é afetada por dois fatores negativos — grande distância das jazidas aos portos de embarque e distâncias marítimas aos principais centros consumidores.

Além disso, e sabido que o minério de ferro é a rocha mais comum na natureza e várias regiões do globo dispõem de grandes reservas em condições de exploração comercial.

Na década de 50-60 capitais interessados na produção de aço, em face da depleção das reservas americanas de alto teor, encaminharam-se para exploração, em larga escala, das jazidas da Venezuela, Peru e Chile e, a partir de 1960, aliados a capitais europeus, iniciaram exploração em larga escala das jazidas minerais da África Ocidental, principalmente Libéria e Mauritânia.

É interessante, nessa altura, ressaltar que esses capitais ou interesses de consumo, de abastecimento firme de parte dos países produtores de aço, esse interesse se dirigiu primordialmente ao Brasil.

Precedendo a instalação de várias operações na Venezuela, no Peru e na África, houve tentativas de exploração do minério de ferro no Brasil. Tais as dificuldades, burocráticas ou políticas, algumas justas, outras geradas, que surgiram aos produtores, que estes se dirigiram para outros países e ali se estabeleceram. Houve época em que, desesperado com essa indiferença e, às vezes, com antagonismo aquilo que me parecia grande índice de progresso para o Brasil, cheguei a declarar que o Brasil contava com um grande Departamento de Fomento à Produção. De fato, se procurarmos detalhes na História, verificaremos que o início da exploração do minério, na Venezuela, foi antecedida dessas características.

Viajei pela Suécia e África, e, voltando ao Brasil, fiz um apelo aos pares, no sentido de que aproveitássemos o que vi nos outros países. Hoje existem grandes competidores que estão contribuindo para um superprodução de minério no mundo que levará o produto a um avilt de preço.

Ainda recentemente foram liberadas grandes jazidas na Austrália, próximas de excelente mercado consumidor que é o Japão. Várias empresas iniciaram os trabalhos para o embarque de minério nas jazidas, cuja exportação irá cobrir cerca de 40% das importações japonesas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Qual é a política de exportação da Austrália?

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Somente há cerca de dois anos, o Governo Australiano considera suas re-

servas suficientemente grandes para que possa ser exportado o seu minério para o resto do mundo. Até então mantinha uma política de prudência, por não conhecer o volume de suas reservas. Julgava-as insuficientes para o consumo interno. No momento em que abriu ao mundo a possibilidade de exportação, houve grande corrida e só no ano passado e durante este ano de 1955, foram assinados convênios com o Japão.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — O Japão é mercado importante?

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Por conseguinte, a Austrália já entrando no mercado da Europa, já negociando com a Alemanha, e oferecendo preços competitivos para com a nossa posição. Em 1965, a Austrália assinou contratos em volume de 300 mil toneladas de minério de ferro, para fornecimento ao Japão, naturalmente a longo prazo — de dez, quinze ou vinte anos.

A Austrália está adotando um caminho que me parece diferente: reservou — o que é uma redundância — suas reservas de minério de ferro do sul para sua siderurgia e o que ela librou foram jazidas do Noroeste. É muito interessante observar que essa região fica exatamente na latitude de nossas reservas de Minas Gerais, o que faz com que as reservas da Austrália fiquem na mesma distância do Japão que ficam nossas reservas dos Estados Unidos e da Europa.

Assim, torna-se cada vez mais competitivo o mercado mundial de minério de ferro só podendo a ele ter acesso as empresas que, por meio de grandes investimentos, possam enfrentar com custos baixos de extração, transporte e embarque, a competição acirrada de um mercado francamente comprador.

A Companhia vem acompanhando as tendências do mercado e os investimentos maciços feitos nos últimos anos, nas minas, na sua estrada de ferro e principalmente no novo porto de Tubarão, têm-lhe possibilitado manter e melhorar continuamente sua posição num mercado tão agressivo.

O quadro nº 1 mostra a evolução das exportações a partir de 1942, até setembro de 1965, bem como os preços médios por tonelada, no mesmo período. Então podemos verificar que no ano de 1942 exportamos somente 34.849 toneladas a um preço de ... US\$ 5.45, e notem o nível de preço da época, que embora fosse apenas a parte considerada como o filet-mignon das jazidas de minério, porque a parte que fica na superfície, e que o nobre Senador José Ermirio, emérito minerador, conhece muito bem e sabe que é minério de grande cotação, e era vendido a US\$ 5.45. Tivemos, a seguir, uma evolução em quantidades e em preços na seguinte proporção: (Le)

1943	—	61.957	a	5.45
1944	—	125.191	a	5.45
1945	—	100.093	a	5.60
1946	—	40.317	a	5.40
1947	—	171.545	a	5.30
1948	—	379.185	a	6.80
1949	—	464.478	a	8.80
1950	—	710.399	a	7.50
1951	—	1.273.978	a	9.90
1952	—	1.507.013	a	15.60
1953	—	1.375.436	a	17.10
1954	—	1.562.190	a	12.90

Em 1954 — ano em que entrei para a Cia. Vale do Rio Doce — a situação era bastante desoladora, por várias motivos, um deles é que nós tínhamos um milhão de toneladas em estoque, vejamos bem — 1 milhão de toneladas em estoque — sem poder vender, para uma exportação de 1 milhão e 562! Era quantia apreciável.

Isso tinha sido resultado de uma subida de preço excessiva o que provocou um ressentimento no mercado, que até hoje sofremos, porque alegavam os americanos que, no momento em que estavam em crise, na guerra da Coreia, quando precisavam de minério, o Brasil — não estou concordando com isso plenamente, é alegação deles — o Brasil abusou de sua posição e exigiu preços cada vez mais altos e eles alegavam que o preço do minério é fixo, mas deve ser estável, para haver um mínimo de programação. Que uma subida cada dois anos, de 7,5 para 18 dólares era uma coisa inominável.

A reação se materializou assim que terminou a guerra da Coreia: praticamente na época nós estávamos vendendo o mercado americano que achava que o Brasil não tinha tomado uma posição seria comercial, numa fase em que havia um excesso de procura em relação a oferta.

De maneira que, terminada a guerra da Coreia, as compras diminuíram sensivelmente. Daí esse um milhão de toneladas de estoques. Fomos obrigados a tomar atitude agressiva, tomando novos agentes, com grande dificuldade, mas agentes que tinham boa reputação no mercado americano e depois, no mercado europeu, para, com ajuda dessa reputação, pudéssemos aumentar as quantidades. Mas tivemos que reajustar os preços. Em 1954, para \$ 12,90; 1955; \$ 11,70; 1956, com novos incrementos da economia, exportamos 2.270.000 toneladas, ao preço de \$ 13,35; em 1957, exportamos 2.900.000 toneladas, ao preço de ...

US\$ 12,58; em 1958, 2.200.000 toneladas (caiu muito a quantidade); ao preço de US\$ 13,85; em 1959, 3.210.000 toneladas, ao preço de US\$ 11,16; 1960; 4.200.000 toneladas, ao preço de ... US\$ 10,48; em 1961, 4.900.000 toneladas, ao preço de US\$ 9,50; 1962, 5.911.000 toneladas, ao preço médio de US\$ 8,90; Em 1963 — 6.193.000 ao preço médio de 8,47; em 1964 — 6.960.000 ao preço médio de 8,46; em 1965 até setembro 6.495 ao preço médio de 8,31.

Conveniente esclarecer, quanto a este último, que até 1953 a exportação da Companhia era exclusivamente de "lump" de 1/2" a 8", destinado a cargas diretas nos fornos de refino de aço, tipo que alcançava e ainda alcança, a mais alta cotação no mercado. (Lump é um minério em tamanho relativamente grande, usado em aços, para ferro gusa, que tem excesso de carbono).

A partir desse ano a Companhia teve de diversificar os seus tipos de minério, ingressando no mercado como fornecedora de tipos de minério para alto-forno e sinterização, de cotações mais baixas, o que explica, em parte, a baixa do preço médio, devida também a maiores ofertas por parte das novas fontes produtoras.

A queda de exportação do "lump" deveu-se grandemente ao aparecimento do processo L. D. no fabrico do aço, que injecção direta de oxigênio no "open hearth".

O preço do minério exportado hoje pela CVRD, varia de US\$ 10,40 para o melhor tipo — "lump ore" — até US\$ 5,70 para os finos de minério, utilizados para sinterização e fabricação de pellets.

Atendendo à solicitação do Sr. Senador José Feliciano eu aviso que a explicação para essa variação de preço não é um bicho de sete cabeças, mas também não é muito simples. A própria parte escrita indica o caminho da explicação. Trata-se do seguinte: a Vale do Rio Doce era uma exportadora de um tempero, não era propriamente um minério de ferro, era um minério de oxigênio, se me permitem pôr nestes termos, porque o que nós vendíamos até 1958 era ex-

clusivamente oxigênio, isto porque ele era puramente utilizado para o refino do aço; o gusa vai para os fornos, tem excesso de carbono que pode ir até 5% e esse para se transformar, o gusa, que é ferro fundido quebradiço, em aço. É preciso que se reduza o teor de carbono e essa redução é feita através de uma queima de oxigênio. Ora, o minério de ferro sendo uma hematita, a hematita é um sex-óxido de ferro, Fe_2O_3 , esse oxigênio, em alta temperatura, reage com o carbono, formando o gás carbônico, queimando, portanto e reduz o restante de ferro existente no minério de ferro e se incorpora, naturalmente, ao aço, mas em quantidades relativamente pequena, o que faz, o que justifica a minha afirmativa de que não era minério de ferro e sim minério de oxigênio, que tinha uma impureza que é ferro e, portanto, se incorpora à massa.

Mas a Companhia Vale do Rio Doce tem dois objetos, no contrário do que o público imagina. Tem o objetivo da exploração do minério e venda de minérios das suas jazidas de Itabira.

Outro objeto importante é a operação de exploração do tráfego de uma estrada de ferro, que vai de Itabira atualmente até Vitória.

Uma estrada de ferro é uma infraestrutura, tremendamente cara, de custos elevados e para que se torne lucrativa ou rentável em larga escala há necessidade de se aumentar ou de ser usado um grande número de unidades, de maior número de toneladas-quilômetros.

De maneira que é preciso baixar o custo monetário e para aumentar os lucros, a forma é aumentar tremendamente o volume, o que se chama de tonelagem.

Esse mercado de tempero de minério é somente para o refino do aço. É limitado e cada vez continua a ser mais limitado e não poderia projetar a Vale do Rio Doce nem o Brasil como a grande exploradora de minério de ferro.

Daí nós termos, em 1958, tomado a decisão de entrar no grande mercado que é o mercado de minérios de ferro, para abastecimento dos altos-fornos. Acontece que isso tem de ser feito em grande volume. Já os minérios de altos-fornos, tecnicamente não necessitam de ser muito puros. Até pelo contrário, é essencial que tenham um certo teor de sílica, para formar a escória dos fornos.

Mas acontece que as siderurgias começaram a sofrer evolução muito interessante. É que, para evitar novos investimentos e obter dos fornos e instalações existentes uma produção crescente, portanto, sem aplicação de capitais novos, havia necessidade de misturar minérios pobres, do tipo dos da Alsácia Lorena, na França, de Oxfordshire, na Inglaterra, com minérios mais ricos que exercem o papel de blender, de misturador.

Naturalmente, transportados de largas distâncias, exigem que se traga o mínimo de matéria inerte, se não vai-se pagar um preço fabuloso pelo que não tem valor. Quando disse que os altos-fornos exigem um certo teor de sílica, que é areia pura. Isto quer dizer que, importando o minério do Brasil mas apanhando a areia em cada local, misturando e jogando-a no forno, atinge-se o mesmo objetivo se usássemos o minério com a massa local.

Com essa mistura consegue-se o melhor controle das cargas do alto forno. Seja como for, a queda do preço do minério tem que ser entendida de forma notória. A prova de que esta queda não foi tão catastrófica, só os números parecem indicar como são feitos os finos.

Agora, a evolução é muito rápida. Enquanto em 1960, 1961 e 1962 fomos obrigados a exportar finos, os nossos

estoques foram diminuindo assustadoramente, e prevíamos o dia em que haveríamos de fabricar mais para atender o mercado, que não é recomendável devido o preço que é baixo.

Eis que, por um acidente em que participei em certo grau, que a meu ver o Brasil tem culpas, os Estados Unidos, em face da situação da Guerra da Coreia, por uma questão que interpreto ser de segurança nacional, resolveu aplicar grandes capitais governamentais para desenvolver a exploração dos seus minérios de baixíssimo teor, com as estaconites, que contém, de aproveitável, apenas 27% de ferro quanto os nossos contém 68 a 69% de ferro. Isso foi, até certo ponto, uma resposta a dificuldade que os países fornecedores minérios criaram para os Estados Unidos, na guerra da Coreia.

Esta, a minha interpretação, talvez eu esteja sendo um pouco simplista; eles sentiram que não poderiam fornecer, mercê somente dos países importadores e de suas reservas de minérios de ferro de alto teor; estavam chegando a uma posição, não digo crítica mas que economicamente não se recomendava. Então grandes capitais foram investidos na concentração desses minérios. Para essa concentração, havia necessidade de pulverizá-los para separar a magnetita, que havia, no teor de 27 por cento do restante e, depois, era preciso aglomerar para dar a aparência de minério. Daí, surgiram os "pellets", que, no princípio, foram vistos com muita desconfiança. Eles foram, aos poucos, aprovando o material, excelente para alto forno; aumentou tremendamente o rendimento dos altos fornos. De maneira que, a meu ver, "afirmaram no que viram e mataram o que não viram".

Começaram, então, a se multiplicar as fábricas, as usinas de "pelletização". Hoje, o "pellet" é um material considerado excelente, talvez melhor do que o minério natural, porque ele tem um tamanho regular e que permite uma boa circulação dos gases e controle da carga dos altos-fornos e da sua eficiência, daí haver o ferro exportável haver baixado de importância novamente. A solução, no momento, é instalarmos usinas de pelletização para a qual já temos projeto e financiamento garantido na Ponta de Tubarão para que todo o mineral seja aproveitado e transformado em riqueza que iremos exportar, de um lado, e utilizar nos altos-fornos nacionais de ouro.

Uma regra dos mercados de ferro dos últimos anos tem sido essa mudança tecnológica, não mudança brusca mas que leva algum tempo. Tempo esse não muito longo, o que poderia até resultar no não uso de minério, o que poderia ocorrer a qualquer momento, mas dos quebra tipos e variedades de minério que mercado tem demandado; daí não encarmos a confecção de projetos por prazo muito longo. Houve tempo em que os mineradores diziam ninguém deve pretender prever, em mineração, além de 15 anos, mas hoje, com o constante avanço da tecnologia não devemos pensar em além de 10 anos, porque ninguém sabe o que vai acontecer com o minério e com a mineralogia daqui a 10 anos.

O quadro nº 3, não tem grande importância para ser lido. Eu o deixarei com a Comissão para que, posteriormente, possa examiná-lo. Nêle está situada a nossa posição como a oitava, do mundo, em 1964, como exportadores.

Por ele se observa a situação de um grande grupo, inclusive a de jazidas consideradas "marginais". São consideradas "marginais" no bom sentido, porque, de certa forma, elas nos têm trazido posição altamente rentável.

A muitas jazidas novas não se permitiram serem marginalizadas, isto é,

esperar vender no mercado livre todos os anos o que se diz, em linguagem internacional, no mercado "spot" porque tem grandes compromissos a cumprir — amortização e juros das suas instalações relativamente recentes.

A Vale do Rio Doce já está de seu grande investimento — a estrada de ferro — e que está amortizado, vamos melhorando sempre. Em certas medidas, podemos arriscar, isto é, enfrentar a situação marginalizada, a demanda adicional, além dos grandes contratos que são fixados com outras usinas e também com a Vale do Rio Doce, especialmente no caso do Japão. É situação comercial corrente, mas que sempre procuramos, na Vale do Rio Doce, ter metade de nossa produção comprometida a longo prazo e portanto pouco sujeita às variações políticas e econômicas do mundo, e a outra metade temos arriscado, e tido sorte no empreendimento. Verdade é que não há — insisto — no Brasil ambiente muito compreensivo para contrato a longo prazo e a preços firmes. Acontece, frequentemente, criticarem — a opinião pública e pessoas as mais ilustradas — quando se faz contrato a longo prazo e por determinado preço fixo. Se o preço momentâneo sobe, todos acham que há prejuízo, mas o preço internacional muitas vezes baixa e o a longo prazo se torna lucrativo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O que chama V. Sa., Dr. Oscar de Oliveira, de a longo prazo? Quantos anos de contrato?

O SR. DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Pelo menos cinco anos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Verdade que é muito relativo.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — De 5 anos para cima, é o jargão da Cia. Vale do Rio Doce, de 5 anos para cima consideramos longo prazo. Temos contrato com o Japão, a 15 anos de prazo.

(Relator) — A que preço?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — 8 dólares por tonelada FOB. Para o "fine-of-mine" fino e grosso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mirano, como se chama.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — "Fine-of-mine". Com um reajustamento possível cada 5 anos, mas com o limite de 5%, para mais ou 5% para menos, dependendo do preço de alguns outros minerais considerados padrões no mundo.

Mas, continuando: no caso específico do minério de ferro, os dois fatores principais são o aumento ou a diminuição da oferta e o "steel-rate" ou o índice de produção das usinas siderúrgicas.

De fato, aqui é que vem o conceito de "marginal". Se as usinas estão trabalhando a 100% da capacidade, elas consomem, digamos, o nosso minério. Se por uma crise econômica — que hoje está se tornando mais raro, mas que na década de 50 de vez em quando aparecia com grande intensidade — elas deixavam então de comprar nosso minério.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Qual o montante, em toneladas, desse contrato com o Japão em 15 anos de prazo?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — 50 milhões de toneladas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — 3 milhões por ano, então.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Sendo que 60% desses 50 milhões são venda FOB e 40% CIF.

Esse contrato, em valor, corresponde a mais de 500 milhões de dólares. Baixando o "steel rate", baixa a procura do nosso minério; e, subindo, ele aumenta novamente.

As usinas, para assegurar um fornecimento constante, fizeram desenvolver a superprodução do minério de ferro no Brasil.

Fatores ocasionais, como o foram recentemente a guerra da Coréia e a crise de Suez, interromperam a tendência baixista do mercado, atingindo índices altos que, cessadas essas causas, retornaram à normalidade do mercado.

A crise de Suez aumentou o preço do minério de ferro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Tem esse contrato caso de força maior?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Todos eles. É o que o inglês chama de "ato de Deus".

(Lê)

"Apesar do sigilo natural que comanda a especulação num mercado tão sensível e competitivo, a Companhia dispõe de meios de informações que lhe permitem estar sempre atualizada sobre os principais aspectos do mercado, de modo a manter suas ofertas em níveis adequados, evitando forçar altas intempestivas que poderiam afetar sua posição a médio e longo prazo, mas defendendo sempre preços justos e razoáveis que lhe assegurem lucros indispensáveis à sua expansão.

A Rio Doce começou a sentir dificuldades para a venda de sua produção após ultrapassar a meta de 1,5 milhões de toneladas por ano, quando o minério de Itabira passou a exercer uma influência, ainda que pequena, no mercado mundial, passando a sofrer as contingências decorrentes dos negócios internacionais.

Nos anos de 1952-1953 — em consequências da guerra da Coréia — houve grande procura de minério de ferro e os preços alcançaram níveis elevadíssimos, atingindo em 1953, o máximo de US\$ 18.50 por tonelada inglesa! As vendas a esse preço foram feitas principalmente a países da Europa que haviam recebido substanciais auxílios financeiros dos EUA (plano Marshall) e podiam pagar altos preços, em face dos excelentes negócios proporcionados pelo conflito Coreano.

Após a aprofundamento dessa situação excepcional — 1952-1953 (guerra da Coréia e mercado do Vendedor), a Rio Doce sofreu um impacto com a queda dos preços em 1954-1956 — anos em que não pode vender a totalidade de sua produção, chegando mesmo a haver uma reação organizada dos compradores, facilitada pela baixa verificada na produção de aço e a abertura de novas minas de ferro mais próximas dos consumidores. A partir de 1957 o mercado passou a ser do Comprador e tudo indica que assim se manterá ainda por alguns anos.

De fato houve uma anomalia em 1954-1956 quando conseguimos exportar milhões de toneladas que havia em estoque. Realmente foi uma situação da qual participou uma pessoa aqui presente, o Presidente da Rede Ferroviária Federal na época superintendente da nossa Estrada de Ferro que, com material rodante em mal estado, conseguiu facilitar o transporte, aumentando a nossa exportação em 45%. Mas, já em 1956 houve dificuldades.

Em 1959-1961 houve uma estabilização de preços, em bases realistas e objetivas. O minério de Itabira, ao invés de suprir a falta de outros mais baratos, passou a competir no mercado internacional,

iniciando uma política agressiva de vendas com o objetivo principal de garantir mercado para o futuro. Ao mesmo tempo, para o programa de 6 milhões, tornou-se necessária a diversificação do tipo de minério até então exportado. Além do "lump" (minério grosso, para emprego direto nos fornos de aço) foi prevista a produção de "run-of-mine", que corresponde ao minério como sai da mina, isto é, o minério grosso e mais os finos. Foi prevista também a produção de minério bitolado (ruble, pobble e gravel), cuja exportação em larga escala começou em 1962. Em 1959 foi iniciada a exportação de finos.

6) *Perspectivas para as exportações futuras da Companhia.*

O desenvolvimento da indústria do aço nos países industrializados era até bem pouco tempo baseado nas disponibilidades próprias de suprimento de minério de ferro.

O crescimento dessas indústrias e o esgotamento dos recursos domésticos, particularmente de minério de alto teor de ferro, levam esses países a procurar suprimentos em outras fontes e muitos dos maiores depósitos de minérios ricos que estão hoje suprimindo suas necessidades, estão situados justamente em países de fraco desenvolvimento industrial e que têm na exportação de minério uma fonte de divisas para acelerar o seu desenvolvimento econômico.

Esses países vêm aumentando suas importações na proporção do crescimento de suas produções de aço e esse fato tem levado os países exportadores a programas de incremento de suas exportações, procurando conquistar uma parte desse aumento estimado no mercado.

Dentro dessa tendência, a CVRD lançou-se em 1961 ao estudo de um programa de exportação de vinte milhões de toneladas com implicações substanciais nas suas operações, sejam de minério, transporte ferroviário e embarque de minério.

Para financiamento desse Plano de Expansão, a Companhia apresentou um estudo completo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, envolvendo inversões nas minas, na estrada e, principalmente, na construção de um novo porto para navios de grande calado — 60.000 t. na 1ª fase e 100.000 toneladas na 2ª fase, e com velocidade de carregamento de 6.000 toneladas por hora, além da construção de uma usina de pelotização, com capacidade inicial de produção de 2.000.00 toneladas-ano.

Esses estudos mereceram aprovação do BID que concedeu um empréstimo de US\$ 28,8 milhões.

As despesas em cruzeiros para execução desse programa serão custeadas com recursos da própria Companhia, por meio de reinvestimentos de parte dos resultados obtidos com as suas operações.

Cabe menção especial ao papel que irá desempenhar o novo porto de Tubarão, não só permitindo um substancial aumento na capacidade de embarque mas também proporcionando fretes mais baixos para o transporte marítimo do minério do Vale do Rio Doce.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que o novo porto de Tubarão, que a Companhia controla, pretende ser não o porto da Companhia Vale do Rio Doce mas sim do Vale do Rio Doce, onde serão embarcados os minérios da Cia. Vale do Rio Doce e de tantos quantos, detentores de reserva na região, possam beneficiar-se disso em proveito da economia nacional.

O barateamento do frete oferece, assim, condição indispensável para a sobrevivência da Companhia em mercado tão competitivo e cujos competidores, além de outros fatores favoráveis, constituem associações de interesses com as próprias usinas produtoras de aço.

Outro fato de suma importância para a expansão futura da Companhia é o próximo início da construção da usina de "pellets" da ponta do Tubarão, o que permitirá à Companhia atender a uma crescente exigência dos mercados para consumo desse produto em seus fornos.

Para se ter uma idéia da importância do "pellets" como matéria-prima para produção de aço, basta citar que as usinas de fabricação de "pellets", construídas e em construção, no mundo, produzirão 70 milhões de toneladas por ano, em futuro bem próximo, e, as em estudo deverão acrescentar 30 milhões de toneladas à cifra acima citada, em breve prazo.

Para a exportação prevista de 20 milhões de toneladas, conta a Companhia com contratos a longo prazo, dos quais se destaca o assinado com as usinas japonesas, com início em abril de 1966 com a inauguração do porto de Tubarão, partindo de 1 milhão de toneladas no primeiro ano até atingir 4 milhões em 1973. O contrato é de 50 milhões de toneladas cobrindo o período de 15 anos.

Além desse contrato direto, a C.V.R.D. fez contratos de associação com empresas mineradoras da zona de influência de sua estrutura de ferro, contratos esses que abrem ao Brasil novos mercados para uma cifra que será de um mínimo de 2,5 milhões de toneladas a 4,5 milhões anuais.

Para esse fim, a Vale do Rio Doce assumiu compromissos com a SAMITRI, a Belgo Mineira e a FERTECO, empresa esta ligada ao grupo alemão, Rohstoffhandel, maior importador de minério para a siderurgia da Alemanha Ocidental.

O compromisso com esta última empresa, constante de contrato já assinado e aprovado pelo Presidente da República, envolve a construção de um ramal ferroviário ligando a E. F. Vitória Minas às suas jazidas de minério de ferro em FABRICA, no quadrilátero ferrífero, bem como o transporte e o embarque do minério de ferro de sua produção pelo porto de Tubarão. Para cada tonelada de minério de ferro que o FERTECO exportar de suas jazidas em FABRICA, exclusivamente para as suas usinas na Alemanha, obriga-se a comprar igual quantidade de minério de ferro produzido pela Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Tem alguma concessão no valor transporte desse minério?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — O contrato tem essa característica de nós transportarmos o minério do grupo Rohstoffhandel e eles pagam um frete que tem uma tabela, variante nas quantidades, mas vai até 60% do preço FOB, e se reduz a 50%, com volume maior. Além disso, cada tonelada que o grupo alemão compra, também compra uma tonelada de adicional, como forma de assegurar um contrato a longo prazo. Com isto, vendemos uma tonelada e transportamos duas: a nossa e a deles. O transporte também é uma forma de lucro, tão importante como a venda do minério.

São esses os principais elementos com que conta a Companhia para levar a cabo seu plano de expansão até atingir a uma exportação de 20 milhões de toneladas.

O porto de Tubarão está em fase de conclusão, devendo iniciar os embarques no mês de abril do próximo ano.

A usina de "Pellets" está prevista para iniciar sua produção em 1968. O ramal ferroviário de alegria, para atender ao contrato com a Belgo Mineira, já está com o projeto aprovado pelo Governo e sua construção será iniciada no próximo ano.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Perguntaria se a Vale do Rio Doce, que está gastando um dinheiro enorme com a construção da bitola larga — cerca de 70 milhões de cruzeiros por quilômetro (não sei se está mais caro agora) — vai dar a concessão. Perguntaria se essa concessão é conveniente para a Companhia.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Não há propriamente concessão. O contrato, vai de 1954 a 1960.

O contrato, sem ser extremamente complicado, todavia não é muito simples. Obrigamos a Belgo Mineira a comprar ao preço F.O.B. US\$ 40.00, mas com um mínimo, porque se o preço se deteriorar, nós faremos um mínimo razoável. Mas ela sempre nos pagará mais pelo transporte do que nós pagaremos a ela pelo minério. O transporte de minério é altamente lucrativo.

Para completar as providências ligadas ao plano de expansão, resta apenas a aprovação do ramal de Fábrica para atender ao contrato com a FERTECO, cujo projeto já foi apresentado às autoridades competentes do Governo Federal.

Neste ponto, como talvez saibam os Srs. Senadores houve uma pequena impropriedade em que, tendo a Vale do Rio Doce assinado contrato com esse grupo alemão para ir apanhar seu minério na região da Fábrica, próximo a Congonhas, e sendo parte integrante do contrato, ao se publicar o decreto que veio culminar ou formalizar o que se chamou a política dos minérios, em dezembro do ano passado — não considero que tenha havido nenhuma novidade: apenas confirmaram o que as leis e a Constituição diziam — há uma determinação desse decreto em que reserva aquela área que se chama Vale do Paraopeba para a Rede Ferroviária Federal e o transporte de minério da zona do Vale do Rio Doce à Companhia do Vale do Rio Doce. Acontece que já tínhamos um contrato assinado e a outra parte que é dos alemães que exigem que a cumpramos. Então, está em estudos a execução deste ramal, não com este objetivo isolado de ir apanhar minério naquela zona, mas com o objetivo mais amplo de fazer uma interligação econômica entre o cais ferroviário da Companhia do Vale do Rio Doce, portanto, Vitória—Minas e a Central do Brasil e entre muitas outras vantagens a de que a Central do Brasil possa entrar na Vale do Rio Doce para apanhar minério e levá-lo até o porto do Rio de Janeiro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Mesmo porque o Diretor da Central declarou que a Central tem capacidade e condições de transporte para cerca de 16 milhões de toneladas por ano.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Exato. Fiz esses estudos e fui à cifra que chega a um pouco menos de 16, entre 15 e 16 milhões de toneladas e não só a Central poderá entrar na Zona do Vale do Rio Doce apanhando minério, como também o que é

mais importante, poderá ser feita uma ligação entre o grande complexo siderúrgico que se está formando — a Usiminas — para que sua capacidade de produção aumente para 3 a 4 milhões de toneladas em cada ano, em breve tempo e que essa produção possa, por meio desta ligação, se dirigir aos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com facilidade e dando grande margem de lucro à Rede Ferroviária Federal.

Há um pequeno problema de diferença de bitola. Temos a bitola estreita e eles têm a bitola larga. Uma das soluções seria o terceiro trilho. A bitola larga vai até Ipatinga e a estreita até a zona de fato. Isso está em estudos com a Rede Ferroviária Federal e com a Rodovia Federal e esperamos chegar a uma solução adequada e de benefício mútuo, que é o que interessa ao Brasil.

Assim termino o que poderia dizer sobre exploração de minério de ferro, mas não sei se a presidência da comissão deseja que continue a falar sobre outros assuntos correlatos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Este assunto é muito importante, será bom V. Exa. continuar.

Temos defendido com unhas e dentes, no Senado, a Companhia Vale do Rio Doce, e quando verificamos qualquer coisa que possa trazer concorrência desnecessária ao bom funcionamento da empresa, temos apresentado as maiores objeções.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Sinto-me lisonjeado ao saber que nossa empresa é merecedora de tanta atenção e carinho de todos os brasileiros. Temos envidado todos os esforços para corresponder a essa confiança.

Voltamos ao item "Posição dessa empresa em face dos favores concedidos a Hanna".

Eu não sei se tenho alegria ou se devo lastimar dizer que não considero tenha havido favores concedidos a Hanna e, muito menos, que a posição da empresa tenha sido abalada por qualquer atitude tomada com relação à Hanna.

Entretanto, talvez seja melhor eu me reservar para responder, sobre esse ponto, às perguntas que os Srs. Senadores desejem formular. Fa-lo-ei assim, mais objetivamente, pois V. Exas. talvez tenham dúvidas específicas ou especiais.

Posso, porém, desde logo dizer que, de cabeça fria, não considero a Hanna responsável, mas sim empresas brasileiras, de acordo com leis brasileiras, de certa forma subsidiadas ou se utilizando de capitais de empresas internacionais — a Nova Limesse, e outras, que não conheço em detalhes, embora devesse, talvez, conhecer — empresas nacionais, dizia, sujeitas às leis brasileiras e, portanto, sob a observação dos três Poderes da República. Por outro lado, não acredito, devido a essa circunstância, que possam fazer maior mal ao país, pois o Governo está alerta para qualquer abuso, e muito menos que possam prejudicar a Companhia Vale do Rio Doce. Conhecemos bem sua linha de atividade e sua reputação internacional, conquistada através dos anos. Assim, estamos confiantes em que saberá e poderá, pelo menos dentro do Brasil, livrar-se de qualquer efeito maléfico que uma empresa brasileira lhe possa causar. Não digo empresa estrangeira, porque estas, funcionando, suponhamos, em países da África ou em outros, porque realmente a nossa soberania não pode se estender até lá.

De forma que não podemos considerar a Hanna como ameaça, mesmo em competição interna, que não parece seja o caso.

Vou explicar: O mundo está consumindo nesta hora talvez uns 550 milhões de toneladas

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E vai aumentar!

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — E o Brasil tem fornecido a esses mercados somente dois milhões dessa quantidade.

Há anos atrás ainda se justificava fazer-se o raciocínio somente sobre o minério transoceânico, sobre o minério transportado. Mas um fato é incontestável: é que muitos países estão deixando, conforme já mencionel, de consumir os seus minérios para importar esses minérios.

Portanto, o nosso mercado está crescendo e crescendo em proporção maior do que o aumento de produção de aço. E o esforço da Vale do Rio Doce e o de quaisquer outras empresas brasileiras operando no Brasil, deve ser o de conquistar parcelas desses 98% disponíveis. Não é lógico considerar que vamos nos destruir.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Os minérios estão muito baixos em teor. Só a Alemanha diminuiu em 40.000 o número de operários que trabalham nas minas de ferro.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — O próprio Brasil provocou uma crise na França. E houve dois anos de greve dos mineradores, porque as novas usinas estão sendo instaladas no litoral, para consumir o minério brasileiro e o africano.

De maneira que o mercado que o Brasil pode disputar está crescendo em proporção maior do que outros. Porque consome minério doméstico dos países produtores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Os Estados Unidos perderam uma reserva imensa de minério de ferro, ou melhor essa reserva está, hoje, quase aniquilada. Se não fosse a estacoma, não sei onde estaria aquela reserva. Aproveitaram o Canal de São Lourenço para evitar o transporte pela costa. Então, tiveram a entrada de minério a preços razoáveis, aproveitando o rio e esse Canal.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Eu queria registrar que no Brasil as empresas exploradoras brasileiras digladiaram-se para disputar 2%, quando a 98% é o embarque. Devemos ser agressivos para disputar o mercado internacional.

Dentro do Brasil, e das empresas existentes e das que porventura venham a existir, com o mínimo de inteligência de cada um de nós, de um lado o Governo, com seus três Poderes, saberemos, no devido tempo tomar as providências necessárias a que essa competição não seja destrutiva. De forma que a posição desta Empresa, em face dos favores concedidos à Hanna — favores que, evidentemente, não são, para quem conhece o "métier", tão grandes como se diziam, porque não há. O decreto do minério foi publicado em dezembro e, ao que eu saiba não houve nenhuma iniciativa apressada, como os favores deveriam provocar, justamente para aproveitar esses favores enquanto era tempo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A nossa impressão é que, devido à agressividade da Vale do Rio Doce talvez tenha esfriado um pouco o andamento do que se esperava. Desejamos, realmente, que a Vale do Rio Doce continue a ter e a desenvolver o seu programa, porque o seu transporte é mais barato, ao passo que a Hanna teria que utilizar as linhas da Central ou construir sua própria linha.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — O Rio de Janeiro está-se aparelhando para receber maior quantidade de minério, mas ocorre que a Guanabara é uma zona congestionada no referente à Central do Brasil e não acredito que suas linhas sejam utiliza-

das, não devido a fatores técnicos, que podem ser resolvidos, mas devido a fatores econômicos. O melhor seria, adotando-se uma solução técnica, a construção de um ramal ferroviário de Japeri a Itaguaí, o que, então, se evitaria qualquer tipo de engarrafamento ferroviário, e os navios seriam facilmente atingidos com as providências.

Finalmente, quais as providências necessárias para a ampliação de negócios de interesse da empresa.

Tais providências são em grande número e, a cada hora que passa, estão sendo adotadas.

Reservo-me, novamente, para responder à inquirição dos Srs. Senadores sobre que caráter de providência tinham em vista quando formularam este quesito.

Podemos citar duas ou três providências, iniciando, por exemplo, com a ligação ferroviária entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal, na zona de fábricas. O fato é de grande importância para a economia nacional, para a segurança nacional e também para a própria Companhia Vale do Rio Doce.

Antes de passar adiante, quero justificar o uso da expressão "segurança nacional". Muitas pessoas a mencionam frouxamente, sem direito a fazê-lo, mas, eu tenho o direito de a usar, porque, possui o curso de segurança nacional.

A economia nacional se torna cada vez mais, dependente da exportação do minério. Esta significa divisas para o País, maior riqueza, maior poder aquisitivo.

O minério pode ser aproveitado tanto na indústria siderúrgica como na Educação, Saúde e tudo que possa melhorar o padrão do povo brasileiro que um fluxo dessa natureza não deve, não pode ser interrompido por coisa simples, mas que pode acontecer, como um acidente num porto como no caso do de Tubarão. Um porto com tal capacidade é semelhante a uma grande escavadeira. Se trabalha, dá lucro; quando não prejudizo fabulosos. Eu, pessoalmente — e não é novidade, pois há anos, como membro da diretoria do Sindicato de Mineradores, tive ocasião de escrever um relatório sobre o assunto — eu achava, e continuo a achar, ser imprescindível uma ligação eficiente entre as duas grandes redes de transporte — a Rede Ferroviária Federal e a Vale do Rio Doce — que servem ao Quadrilátero Ferrífero. Pelo menos devia-se ter duas instalações portuárias de grande porte para que, no caso de interrupção de uma delas a outra pudesse servir de apoio e não se parar...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Seria necessária a uniformização das bitolas da Vale do Rio Doce?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Diria que sim. Mas é problema que economicamente talvez possa ter outra solução. Vejam bem: quando nos referimos ao terceiro trilho, permitíamos, com o terceiro trilho, que a Rede Ferroviária Federal, com sua bitola larga, entrasse no Quadrilátero Ferrífero e parasse em Minas. O problema seria só de transporte, entraríamos até o vale do Paraopeba, justamente um dos centros...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A razão da pergunta é que, sendo o transporte da Vale do Rio Doce mais barato do que o da Central do Brasil, e como naturalmente desejamos incrementar a exportação de minério-de-ferro até o dia que o julgarmos útil ao País, certamente a uniformização de bitola traria vantagens, reciprocidade grande na movimentação de ambas as estradas.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Nisto V. Exa. tem toda a razão. É uma

modificação que nós podemos fazer. Agora, há um detalhe técnico aí que é difícil, não impede, que isso seja feito: é que a Vale do Rio Doce, pela experiência, descobriu que a bitola estreita é mais eficiente, para o transporte de minério, que a bitola larga.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Os trens atualmente de que tamanho são?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — O nosso trem maior — e que fazemos frequentemente, mas não somente desse tamanho — compõe-se de 150 vagões, com quase 1 km e meio de comprimento. Tem 5 locomotivas com um total de 9.000 cavalos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Vagões de quantas toneladas?

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — 90 toneladas bruto e 72 toneladas de lotação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Trem acima de 10.000 toneladas então.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Exatamente. Cada trem carrega mais de 10.000 toneladas, e isso com uma velocidade média relativamente alta, que vai a mais de 31 km/h.

Descobrimos várias coisas que só a experiência demonstrou. Uma delas é isso, que a bitola estreita é mais conveniente que a bitola larga, dada a sua densidade. Não seria a mesma coisa que para carregar material leve, como caixa de sapato vazias, por exemplo; aí a bitola larga seria indicada.

Outra coisa é que o trem longo opera em condições de eficiência bem mais elevadas que vários trens curtos. Não só pela economia de mão-de-obra, mas pela resistência ao avanço. Explico. A estrada da Vale do Rio Doce é no sentido geral descendente.

Mas tem trechos em pallê, rampa contrarrampa. Quando temos um trem longo, de quilômetro e meio, temos o mesmo trem com um pedaço da composição subindo, outro descendo e outro em plano, e funciona como uma unidade só. O centro de gravidade desse trem corresponde, a ele corresponde um traçado de linhas diferentes do real, e em linhas gerais a nossa linha quanto mais comprida melhores condições de percurso o trem faz.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É interessante.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — A uniformização de bitolas seria mais interessante. É uma operação muito cara e que eventualmente nós vamos fazê-la assim que outras etapas foram vencidas, se indispensável que isso deva ser feito.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Veja V. S. o que se passa: enquanto nos Estados Unidos da América o Governo entra rijo no setor dos transportes, em prol da produção, aqui é encarado o problema de modo diferente. Temos que melhorar as condições de tráfego de nossas estradas para atender ao transporte do minério de ferro. É, portanto, um problema de Governo. Não é problema particular.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — V. Exa. Sr. Senador José Ermírio, se referiu ao preço de transporte do minério de ferro da Rede Ferroviária Federal...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Das proximidades de Belo Horizonte até a Guanabara, a distância é de 500 quilômetros aproximadamente, e a média atinge a quase Cr\$ 5.000 por tonelada de minério de ferro transportada.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Não tenho os dados sobre se foram computadas as recentes elevações do custo de energia elétrica verificadas, principalmente na Guanabara. Não temos dados certos. É uma pergunta que farei quando V. Ex.^a acabar a exposição que está fazendo.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Muito bem. Quanto às providências da Rede Ferroviária há certos aspectos que parecem de pouca importância mas que, no quantitativo, têm reflexos fabulosos sobre as nossas operações. Uma, é a incidência do imposto de renda sobre a remessa. Na legislação atual — não sei se há alguma emenda ou tentativa de modificação — do imposto de renda exige-se o depósito de 25%, como imposto, para qualquer remessa correspondente a prestação de serviço em moeda estrangeira. Ora, temos para melhorar a eficiência da Companhia do Rio Doce o seguinte: o Brasil entra no mercado de transporte internacional não só com a venda FOB mas também com a CIF. Isto é, o controle marítimo até o porto consumidor. É uma subsidiária que se vem firmando cada vez mais na realização deste papel importante. Acontece que ainda não conseguimos ter navios próprios. Estamos ultimando negócio para construção de dois navios nos estaleiros nacionais e internacionais. Mas, toda empresa de navegação, além de seus navios próprios, trabalha também com navios afretados o que é essencial para a sua economia. É o que faz a FRONAB, que é da PETROBRAS, a Cia. Siderúrgica Nacional, o Lóide.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas porque a tripulação dos navios estrangeiros é muito melhor do que a nacional.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Nos navios menores, porque nos maiores a diferença não é tão grande. Fazendo o afretamento dos navios temos uma economia de divisas fabulosas para o País. Porém ao pagarmos, cobram-se 25 por cento de imposto sobre a quantia total e então temos de fechar a companhia. Porque 25 por cento é uma taxa elevadíssima em relação ao lucro de qualquer empresa de navegação. Embora se trabalhe com um bom lucro, em virtude da movimentação de grandes volumes temos que convir que 25 por cento é uma taxa muito elevada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — No ano passado tivemos um prejuízo de duzentos cruzeiros por dólar, no fim do ano.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Outro fato interessante, mas que cito apenas para mencionar, chamando a atenção dos Srs. Senadores, é quanto ao problema da fixação da taxa do dólar, que desde dezembro do ano passado até hoje, os custos internos têm subido de tal forma que o nosso orçamento — e o orçamento é a estimativa de receita e de despesa, mas no caso é apenas da receita — previa um reajustamento periódico dessa taxa ao custo interno, no entanto essa taxa se mostrava estável. Então, dessa forma estamos obtendo um resultado bem inferior àquele que esperávamos.

Felizmente, e, no entanto, a nossa eficiência tem aumentado e temos procurado corrigir isso, para não termos de enfrentar uma situação ainda mais difícil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Esta uma das razões por que somos contra o contrato a longo prazo, isso porque internamente os preços de produção aumentam e, atualmente, as taxas de câmbio se fixaram sem o menor aumento, porque se aumentarmos o valor do dólar isso significará inflação. Portanto é um

problema difícil mas que abordarei mais adiante, dizendo a razão por que somos contra o contrato a longo prazo.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Dessa forma, Sr. Presidente, Senhores Senadores, penso que a parte fixa da minha exposição está concluída.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E brilhantemente defendida, Dr. Oscar Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Feliciano) — Vamos às perguntas do Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quantos tipos de minério a Companhia exporta, atualmente, e quais os seus preços? V. Ex.^a já disse, em parte, são cerca de nove, não?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Temos realmente uma grande variedade para atender a este mercado do comprador, que sendo mercado do comprador, cada dia faz novas exigências. Vou citar os nomes, temos: o "lump" especial, o "lump" peneirado, o "lump" comum, o "lump" não peneirado. Ainda tínhamos um tipo chamado "steel fumes" sem importância.

Temos o minério classificado de alto forno e que se chama: "rubble", "pebble", "run-of-mine", "gravel", "linesse". Ao todo 10 tipos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Tem mais um, eu conhecia 9.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Os preços variam de 18, 40 até o fino que vai a 5 dólares e 70 pontos. O preço de 8,13 que mencionei anteriormente, é preço médio ponderado. Posso deixar aqui o relatório...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Seria conveniente deixar este relatório para fazermos um estudo e termos melhor base para isso.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Inclusive esses preços, isoladamente, não significam tudo porque alguns são à base de 68, outros de 66; outros, de 62. De qualquer maneira temos aqui, inclusive o preço calculado por unidade metálica, quinta essência da precificação sobre a quantidade, o preço de cada unidade de ferro é vendido.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Qual o custo médio de operação desse minério da Cia. Vale do Rio Doce, por tonelada?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Senador, V. Ex.^a sabe muito bem que qualquer pergunta sobre custo de produção de minério é uma coisa extremamente difícil de responder, porque depende do critério que se toma. Um fato incontestável é que a empresa, como um todo — temos certos padrões de custo para controle operacional, mas esses padrões são arbitrários no sentido de que são tomados valores comparativos isto é, dizem-se o custo está subindo ou descendo. Em valor absoluto, não representam grande coisa. A questão do custo é extremamente complexa, assim penso, embora eu, como administrador, seja contestado muitas vezes até pelos meus associados. O custo é procurado através dos balanços.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A empresa tem balanços mensais?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Temos balanços semestrais e anuais. Esses custos, deduzidos de cima para baixo verificamos que são dados com maior precisão do que de baixo para cima, agregando despesas com material, mão-de-obra, etc. São extremamente complexos. A interpretação é muito difícil e não gostaria de

responder mal a sua pergunta. O fato é que a empresa tem tido excelentes resultados. Quando digo resultado, digo proposadamente, para não mencionar lucro, porque lucro que entendo é aquele resíduo depois de descontar do resultado tudo aquilo que é de custo. E no caso da Vale do Rio Doce, e da maioria das empresas de mineração, um dos pontos mais importantes é a exaustão das jazidas. Existe, a legislação do País não permite, e pelo contrário, recusa-se a admitir a formação desse Fundo. V. Ex.^a é proprietário de minérios e sabe disso. E eu me permitiria fazer-lhe o apelo, como Senador, para que se propusesse a mandar estudar uma modificação da legislação vigente porque a não formação do custo de reserva, a não computação como é esta da exaustão de uma reserva mineral que pertence ou a empresas particulares ou ao Governo, e em quaisquer dos casos, ao País, é um verdadeiro crime. Esta é uma parcela do custo. Na Vale do Rio Doce introduziu há poucos anos, apesar de taxado pelo imposto de renda, o Fundo de Reserva. E fizemos uma reserva substancial que não é alienada aos acionistas mas reinvestida para que se transforme em reserva financeira a fim de que o patrimônio da empresa nunca venha a cair, ou pelo menos fique no mesmo valor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O custo do transporte até o porto de embarque é de cinco a seis cruzeiros a tonelada. Quanto custa esse transporte à Vale do Rio Doce, atualmente?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Já em outras declarações na Câmara e aqui, quando me perguntavam o custo, mostrava-me um pouco embaralhado e houve quem interpretasse que era verdade, mas não é. E como digo, deixo explicar a V. Ex.^a e ser mais incisivo. Não há segredo nisso, porque conforme tive ocasião de dizer a V. Ex.^a, o custo é muito difícil de dizer e de determinar.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas no minério de ferro não varia de acordo com o teor. É uma tonelada, seja de alto ou de baixo teor.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Exatamente. Qual o custo de transporte até o ponto de embarque? Poderia dizer-lhe que esse custo é de cerca de 3 dólares, mas não posso precisar. O custo de estrada de ferro é extremamente sensível à densidade de tráfego.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E V. Ex.^a, tem o máximo de densidade de tráfego no país porque na Central do Brasil um trem demora três dias para fazer a ida e volta e no seu caso...

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Nós levamos dois dias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Com essas comparações queríamos justamente ter conhecimentos. Não se trata de crítica, é apenas para deixar nesta Comissão uma fórmula para estudar melhorias que tragam o maior rendimento possível ao país, por isso pergunto qual o custo de transporte.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Embora na Central do Brasil e na Rede Ferroviária Federal haja pessoas melhor qualificadas do que eu para defendê-las e ainda mais para explicá-las gostaria de dar a minha contribuição ao entendimento deste custo de transporte na Rede Ferroviária Federal.

Há quem ache que o custo da Central é muito elevado e portanto não deve transportar minério de ferro e digamos que deva ser feito pela Vale do Rio Doce.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Ninguém quer isso. Se colocarmos 3.000 toneladas para a Vale do Rio Doce, que corresponde a uma expectativa, se observarmos no futuro que o Sr. tem trens que transportam 10.000 toneladas, tem uma linha descendente com pequenos trechos que não o são, as condições não são muito boas.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Gostaria de dizer que a Central do Brasil com a Rede Ferroviária Federal não tem alternativa a meu ver senão transportar volume crescente de minério de ferro ou outra mercadoria. É única maneira de baixar o seu custo.

O seu custo é o numerador. O denominador é o número de toneladas transportadas. No dia que transportar 16 milhões de toneladas, o seu custo baixará tremendamente.

Aí, ela talvez possa arcar, senão com todo, mas com grande parte do subsídio que o Estado, o Governo tem dado a essa rede. É questão de patriotismo facilitar que a Central do Brasil transporte qualquer tipo de minério.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A 5ª pergunta o senhor já respondeu. Passo a formular a 6ª:

A Companhia paga comissões aos vendedores de minérios no exterior? No caso afirmativo, a quem paga e quanto paga? Qual a razão dessa comissão?

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — A Companhia tem três grandes áreas de compra, com três agentes. Tem um agente nos Estados Unidos — a Cleveland Clift Iron Co., um — outra na Inglaterra — a British European Service — e um terceiro na América Central — a Itabira. A Esses pagamos 3% de comissão sobre o preço FOB. Essa comissão tem variado, nos últimos anos não obstante o aumento do volume de vendas, mas corresponde ao trabalho comum de representantes ou de agências que é o de fomentar a acessibilidade para novos contratos, a de chamar a atenção para os contratos comerciais, de verificação de preços, chegada de navios, transmissão de recomendações aos recebedores enfim, todos os serviços que uma representação, em outro país ou em outras áreas, executa. Acontece que a Itabira, a terceira que mencionamos, uma empresa que pertence totalmente à Vale do Rio Doce, é uma sociedade por conta limitada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Em média qual o lucro obtido pela Vale do Rio Doce.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Naturalmente, meu caro Senador não preferia falar em lucro, mas de resultados. V. Ex.^a poderá consultar os nossos balanços para verificar esses resultados. Mas acrescento que temos tido um resultado bruto de quase 50%. Entretanto, daí temos que deduzir uma série de coisas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Qual a diferença do custo de produção do minério pelletizado e o nosso minério de alto teor?

A pelletização dos minérios é necessário aos minérios que não são aproveitáveis.

Nos Estados Unidos foram construídas usinas a custo do Governo, e o Senhor sabe que os juros, nos Estados Unidos, são baixos. Talvez nem tenham cobrado juros dessa gente. É somente para defender o País contra o desaparecimento da indústria siderúrgica.

O DR. OSCAR DE OLIVEIRA — Entra, aqui, a conceituação que podemos ter de custo. É uma pergunta extremamente interessante, cuja resposta não é simples. Conforme insinuei, no início, tudo depende do cri-

tério do custo. Na Companhia Vale do Rio Doce, temos critério de considerar o fino que não vendemos na mesma proporção que produzimos, com o custo zero. Lançamos os custos de mineração sobre os minérios mais leves. Então, o minério colocado junto à Estrada de Ferro é considerado com o custo zero. Se considerarmos o minério fino com o custo zero, a operação de "pelotização" é lucrativa e vale a pena ser realizada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — E vai ser feita somente para isso.

O DR. OSCAR OLIVEIRA — Sim, para tirar maior partido das nossas reservas e mobilizar o que estamos fazendo. Fizemos um estudo de viabilidade e chegamos à conclusão de construir uma usina de dois milhões de toneladas por ano, o que já está sendo feito. E queremos realizar as primeiras experiências locais, para confirmar as nossas previsões e imediatamente aumentar, se for recomendável, essa capacidade. Em outros países, o custo da mão-de-obra é muito mais elevado, e já estamos chegando à conclusão que o tamanho mínimo — creio que nos Estados Unidos da América, em determinadas circunstâncias — já vai a seis milhões de toneladas por ano; abaixo de tal índice a operação não seria competitiva.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — As perguntas seguintes são as de nº 12 e 13: (Lê):

12) Sendo exato que as minas de minério de ferro estão sendo paulatinamente abandonadas na Europa, com milhares de desempregados devido ao fato de não suportarem a concorrência internacional, por que motivo não são tomadas providências para se elevar o preço de nosso minério? Pelo menos a 16 dólares a tonelada, que era o preço em 1963?

13) Sendo a Companhia a maior exportadora de minérios do Brasil, qual o motivo de não fazer acordo com o Canadá, Venezuela, Peru e demais países exportadores, realizando convênios ou acordos internacionais para o aumento do preço do nosso minério?

Quero explicar o seguinte: o manganês, para a exploração do qual temos contrato a longo prazo, está acarretando prejuízo para o Brasil, pois que o preço médio do ano passado foi de apenas US\$ 24.070 por tonelada quando o Gabão, por exemplo, está vendendo esse mesmo minério a US\$ 85 a tonelada. Estou informado dessa situação porque tenho correspondentes internacionais.

Gabão, na África, subiu o preço da tonelada de minério para oitenta e cinco dólares enquanto, nós, mantemos nosso preço, o que nos oferece um prejuízo de cinquenta milhões de dólares por ano. Este o meu pesar: contratos a longo prazo.

As informações de que dispomos são de que a IOOME tem contratos a longo prazo, o que é um desastre para o nosso País. Em pouco tempo, ficará no Amapá um buraco, enquanto que o manganês dali extraído será depositado, em bilhões de toneladas, nos países consumidores, sem qualquer proveito para o Brasil. No entanto, nossa terra é pobre e precisa de recursos para crescer.

Assim, ou damos condições de desenvolvimento às empresas, a fim de que também o País se desenvolva, ou ficaremos estagnados, apesar de nossa população se avolumar cada vez mais.

Portanto, um contrato longo é contraproducente para nós. Acho que de cinco anos é o ideal.

A tendência mundial é para aumentar o preço dos minérios. Apesar de haver, no mundo inteiro, muito

minério de ferro, as condições de produção nos países supercivilizados são em pequeno número.

Nos países mais adiantados, a inflação, no momento, é de 2, 3, 4, 5%. A França está com mais de 6%. Todos tem a pequena inflação. Se pararmos a inflação, mesmo pequena, há crise dentro do País, e com o aumento gradativo da população em todo o mundo é preciso ter cuidado com contratos a longo prazo.

Estas as declarações que tinha de fazer.

O SR. DR. OSCAR OLIVEIRA — A pergunta 12: (Lê)

12) Sendo exato que as minas de minérios de ferro estão sendo paulatinamente abandonadas na Europa, com milhares de desempregados, devido ao fato de não suportarem a concorrência internacional, por que motivo não são tomadas providências para se elevar o preço de nosso minério? Pelo menos a 16 dólares a tonelada, que era o preço em 1963?

Se V. Ex.^a me permite, as minas não estão propriamente sendo abandonadas. Pelo que estou informado não só na França e na Alemanha chegaram a um acordo — aliás há paralelismo com problema do carvão de Santa Catarina — mas têm um acordo pelo qual as minas não aumentariam sua produção, mas não iam diminuir o número de empregados. Não há desempregados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Só nas minas de carvão da Alemanha foram despachados 40 mil mineiros.

O SR. DR. OSCAR OLIVEIRA — Realmente, é possível, mas estão fazendo com cuidado, para que os operários não fiquem desempregados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Na Alemanha não há desemprego. Para lá vão operários da Itália, de Portugal, da Espanha.

De qualquer maneira foi aumentada tremendamente a produção de minério do mundo, na África, Austrália e tudo mais, de modo que o mercado está com oferta muito maior do que a procura.

Sobre o manganês, acredito que outras pessoas, mais esclarecidas do que eu, possam responder a V. Ex.^a. Quanto à pergunta 13. (Lê)

"Sendo a Companhia a maior exportadora de minérios do Brasil, qual o motivo de não haver acordo com o Canadá, Venezuela, Peru e demais países exportadores, realizando convênios ou acordos internacionais para o aumento do preço de nosso minério?"

Aí, meu caro Senador, é uma situação muito delicada.

Conforme tive ocasião de dizer, há uma superprodução de minério do mundo, e acredito — de uma forma um tanto simplista, sem querer me estender — que qualquer acordo com esses países iria resultar na redução do nosso mercado. Veja bem a tese do transporte ferroviário. O grande valor de exploração do minério, como de resto de qualquer matéria-prima para um país, é o grande número de pregos que fornece, o grande número de impostos que fornece, salários, afinal de contas, que direta ou indiretamente estão ligados ao volume. Tanto faz transportar minério de ferro de 5 ou 10 dólares, porquanto o custo é o mesmo para a Estrada de Ferro. Se aumentarmos o preço da tonelada do minério, se criarmos uma carência artificial no mercado, o preço subirá, mas a tonelagem não. Significará um grande número de desempregados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — V. S.^a não desconhece

que o consumo mundial cresce. Se V. S. examinar a situação da maioria dos produtos, encontrará que os em superprodução estão em carência. Não digo que se faça um cartel, mas uma tentativa seria útil ao Brasil. O assunto, é certo, depende dos Ministérios das Relações Exteriores, do Planejamento e Coordenação, da Fazenda.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — É possível que nos encaminhe para isso naturalmente, e não sob plano preconcebido.

Há duas semanas, recebemos a visita do representante da maior usina de mineração da Suécia, usina essa que transporta e vende o minério das minas de Malbengert e de outras, sendo os operadores responsáveis pelos minérios da Lång, da Libéria. Estão realmente preocupados, no momento, com a deterioração do preço do minério, e aqui vieram para manter conversações conosco a respeito de qualquer tentativa de variação ou depreciação de preço. É assunto além de confidencial, muito delicado. Não se pode fazer planos

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mesmo porque o custo de mão de obra na África está subindo. Não se pode mais contar com a mão de obra escrava. Cada ano as condições ali melhoram e o povo obtém melhores salários. Portanto, a concorrência da mão de obra, não só no setor do minério de ferro como em outros setores da produção agrícola, não entra mais em cogitação. Aquele povo tem que ter condições de sobrevivência.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — De modo geral, não é o preço unitário que nos interessa. Para a Companhia Vale do Rio Doce, embora do Governo, temos orgulho de dizer que procuramos administrá-la como empreendimento privado, o seu objetivo é o lucro. Por isto estamos melhorando a sua rentabilidade mais do que a produtividade. Há sempre uma escolha. O nosso caso é claro. Se vamos aumentar o lucro da Companhia, portanto do Brasil, vamos vender a preço mais baixo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Esta a política para o minério. Mas quanto à energia elétrica, não sei a quanto subiu a energia elétrica em Minas Gerais. Em todos os outros Estados o custo da energia subiu mais de 200%. Quanto à CEMIG, esta empresa é que menos teve o seu preço aumentado no país.

Em São Paulo, dobrou num ano.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Trabalhei com energia elétrica em serviço público durante muitos anos e V. Ex.^a me permite: acho que o serviço público tem que ser abundante e caro, porque se for barato desaparece.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A CEMIG tem bastante energia.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO (Presidente) — Qual o método empregado pela Vale do Rio Doce para a escolha dos seus técnicos e principalmente para a formação de seu quadro de pessoal. Temos verificado que ela tem se tornado quase um viveiro de técnicos.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Eu não poderia responder isto com grande novidades. Naturalmente fazemos um esforço de seleção muito desenvolvido, há vários anos. Temos estabelecido que nossos empregados são escolhidos por concurso. Quando precisamos de auxiliares, procuramos abrir concurso e não só de conhecimentos como também de testes de personalidade feitos pela Universidade Católica do Rio de Janeiro e com isto nós escolhemos o que há de me-

lhor em cada momento. Além disto, temos procurado internacionalizar os nossos técnicos. Nada há de extraordinário.

Quero dizer a V. Exas. que não medimos sacrifícios a qualquer pretexto, por motivos específicos, como por exemplo, não hesitamos em mandar técnicos nossos para passar um a dois anos para especializarem-se nas melhores estradas de ferro do mundo, como na Europa, Estados Unidos, Japão, a fim de absorverem o que há de melhor no assunto. E ainda mais, Srs. Senadores, esses técnicos, estimulados em ver o progresso que os países desenvolvidos oferecem, eles voltam com um verdadeiro "elan", com os melhores propósitos de dar sua contribuição no sentido de cooperar para que o Brasil saia do subdesenvolvimento. E quero dizer mais que esse moral se tornou, realmente, nosso principal patrimônio.

Temos, Srs. Senadores, verdadeiro orgulho em dizer — e eu pessoalmente, porque estou praticamente há onze anos na Companhia Vale do Rio Doce, — de que mesmo sendo ela, uma empresa estatal, nunca tive a oportunidade, durante todo esse tempo, de ver uma greve.

Ainda mais, no dia da Revolução, no ano passado, que temos de convir a um dia de incertezas e angústia em todo o Brasil, a Companhia conseguiu bater o recorde de produção, quando a maioria das outras empresas se não diminuiram ficaram mesmo paralisadas.

Dessa maneira, agradeço realmente a oportunidade que se me ofereceu, com a pergunta, de que eu pudesse fazer essas declarações de elogios ao nosso pessoal.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR JOSÉ FELICIANO) — Qual o número de trabalhadores na Companhia?

O DR. OSCAR OLIVEIRA — Temos, no momento, 10 mil. Lembro nessa hora, que temos uma estrada de ferro que faz o transporte das mercadorias da região e o de passageiros e é precisamente essa parte que exige um número talvez um pouco exarado para lotar as estações da estrada de ferro, não só para venda de passagens, atendimento aos armazéns etc. Só o minério, poderia ter um efetivo mais reduzido do que este.

Mesmo assim, há muitos anos, com transporte de quantidade muito menor, tínhamos seis mil funcionários, hoje fazemos 5 vezes mais com um efetivo de 10 mil.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR JOSÉ FELICIANO) — Com a construção do porto de Tubarão, com a construção da usina de petização e ainda com essa movimentação ferroviária, V. Sas. têm estudado a repercussão da usina na vida do Estado do Espírito Santo, principalmente na da Capital, Vitória?

O SENHOR DR. OSCAR OLIVEIRA — Não. Com esse objetivo, não, meu caro Senador, nós realmente prevemos para aquela região de Tubarão, um progresso fabuloso não só devido ao porto que estamos construindo, mas especialmente pela grande área de terra, praticamente vazia, que oferece condições excepcionais para o estabelecimento de usinas mais variadas, com facilidade de porto próximo, excelentes condições de fundação, terreno arenoso, trinta metros acima do nível do mar, descampado onde as comunicações são essencialmente fáceis.

Está chegando ao Espírito Santo, não só uma linha de transmissão da ELETROBRAS, que está sendo construída a toque de caixa, para utilização da energia da CEMIG, como está prevista construção da usina de Mascarenhas, além das já existentes.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR JOSE FELICIANO) — Vou suspender a sessão por alguns instantes, para que seja gravada a pergunta.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Lamentamos não estar presente desde o início da palestra. E perguntaríamos se existem estudos da Vale do Rio Doce para duplicação das suas linhas.

O SR. OSCAR DE OLIVEIRA — Caro Senador, a pergunta é interessante e me parece que a resposta também o é. Não há especificamente um projeto para duplicar a linha. Com os métodos de sideração moderna que temos e ainda mais que a Rede Ferroviária já dispõe na ligação Rio-Belo Horizonte, a C T L (Contrôle de Tráfego Localizado) com uma linha simples podemos operar em 2 ou 3 minutos em sentidos diferentes em alta velocidade. Na Vale do Rio Doce estamos aumentando o comprimento dos nossos trens, de maneira que com

a mesma capacidade da linha, uma vez aumentado o número de trens aumenta o número de toneladas sem que se crie nenhum problema adicional de tráfego e sem mudança de orientação. A medida que aumentamos os trens precisamos de desvios que se podem tornar teoricamente tão longos que acabam se reunindo ao tronco.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Desejava saber se esta linha de interligação entre a CEMIG e o Espírito Santo é para fornecimento de energia para Ponta do Tubarão ou há possibilidade de sangrias para fornecimento de energia para algumas cidades do Vale do Rio Doce.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Não lhe posso responder com precisão. Sei que vai servir diretamente a Ponta do Tubarão. Não é para o Vale do Rio Doce, mas zona de Ponta do Tubarão. Por outro lado, fui informado pelo Presidente da PETROBRAS que

muito rapidamente eles vão fazer a conversão da ciclagem de Vitória para 60 ciclos, inclusive com as modificações necessárias nas turbinas de Suíça. Parece que de Rio Bonito é mais fácil, é um serviço mais completo e a interligação é natural e imediata.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Outra pergunta, essa mais de caráter regional: há alguns estudos sobre a solução do problema da Vale do Rio Doce dentro da cidade de Colatina para desviar o trânsito da estrada de ferro de dentro da cidade?

O SR. OSCAR OLIVEIRA — Não. Ainda não. Esse é um aspecto interessante porque o que tem acontecido em Colatina o ilustre Senador sabe mais do que eu. Para onde a estrada for a cidade de Colatina vai atrás.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Tem sido sempre assim.

O SR. OSCAR OLIVEIRA — De modo que ficamos um pouco desani-

mados de sair de onde estamos, porque a cidade envolve a estrada de ferro.

O SR. SENADOR RAUL GIUBERTI — Estamos satisfeitos.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO (PRESIDENTE) — Agradecemos ao Sr. Oscar Oliveira e sobretudo ficamos até um tanto orgulhosos pelos resultados que apresentou na sua exposição e queremos terminar fazendo um pedido no sentido de que S. Exa. nos encaminhe um estudo com justificativas sobre aquele pagamento de imposto de renda e também uma sugestão sobre legislação para o Fundo de Reserva Mineral, se possível extensivo aos outros minérios do nosso País.

Agradecemos sua presença e sobretudo os esclarecimentos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 50 minutos.)

DADOS A QUE O DEPOENTE FEZ REFERENCIA NO CASO DA SUA EXPLANAÇÃO

QUADRO Nº 1

PREÇO MEDIO DE VENDA DO MINERIO DE FERRO DE 1942 A 1962

(Preço FOB por tonelada inglesa 1.016 kg. — 2.240 libras)

A N O	Quantidade exportada (ton. inglesa)	Preço médio em dólares americanos	DISCRIMINAÇÃO	Taxas de Conversão em Cruzeiros	
				Dólares Americanos	Dólares Convênio
				Cr\$	Cr\$
1942	34.849	5.45		18,38	18,38
1943	61.957	5.45		18,38	18,38
1944	125.191	5.45		18,38	18,38
1945	100.093	5.60		18,38	18,38
1946	40.317	5.40		18,38	18,38
1947	171.545	5.30		18,38	18,38
1948	379.185	6.80		18,38	18,38
1949	464.478	8.80		18,38	18,38
1950	710.399	7.50		18,38	18,38
1951	1.273.978	9.90		18,38	18,38
1952	1.507.013	13.60		18,38	18,38
1953	1.375.436	17.10	(Até 30 de julho de 1953 { De 31 de jul. a 12 de out. de 1953 (De 12 de out. a 31 de dez. de 1953	18,38 18,38 28,36	18,38 18,38 28,36
1954	1.562.190	12.90	(Até 12 de agosto de 1954 { De 12 de agosto de 1954 a 31 de (dezembro de 1954	28,36 37,756	28,36 34,084
1955	2.262.308	11.70	(Até 23 de janeiro de 1955 { De 24 de jan. a 25 de jul. de 1955 (De 25 de jul. a 31 de dez. de 1955	37,756 37,06 50,06	34,08 35,55 48,03
1956	2.270.138	13.35	(Até 24 de maio de 1956 { Depois de 24 de maio de 1956	50,06 55,00	48,03 52,77
1957	2.919.548	13.58		55,00	52,77
1958	2.212.156	13.85	(Até 6 de março { De 7 de março a 9 de junho (Depois de 9 de junho	55,00 67,00 92,00	52,77 67,00 92,00
1959	3.210.092	11.16	(Até 9 de janeiro { A partir de 10 de jan. até 29 de dez. (A partir de 30 de dezembro	92,00 100,00 Câmbio Livre	92,00 100,000
1960	4.202.375	10.48		Câmbio Livre	
1961	4.929.714	9.60		Câmbio Livre	
1962	5.931.479	8.90		Câmbio Livre	
1963	6.193.271	8.47		Câmbio Livre	
1964	6.963.710	8.46		—	—
1965	6.495.740	8.31		—	—

COMPRADOR	Transa- ção	Tipo Aciaria Base 68,5% Fe seco				Tipo Alto Forno e Sinterização Base 64% Fe natural (x)								Valor de unidade metálica e equivalência dos preços	
		Lump especial	Lump peneirad.	Lump comum	Lump não peneirad.	Steel Furnace	Blast Furnace	CHFO	Rubble	Pebble	Run of mine	Gravel	Finos	US\$/£	US\$/DM
Estados Unidos	US\$	10.40 10.25											6.10	US\$ 10.40	Base 68,5% FE seco US\$ 0.15182
Canadá	US\$		9,70 (Cif 14,50)						8,50 (Cif 13,30)					US\$ 10.25 US\$ 10.15	US\$ 0.14964 US\$ 0.1482
Finlândia	US\$													US\$ 10.00 US\$ 9.75	US\$ 0.146 US\$ 0.1426
Cor. Ferro	C1\$		10.15							8.25			6.10 5.70	US\$ 9.75 US\$ 9.70 (£ 3-8-7) (US\$ 9.60	12/d US\$ 0.14
Itália	US\$			9.45*						7.90		6.75		US\$ 9.36 US\$ 9.10	US\$ 0.1366 US\$ 0.1329
França	US\$								8.75				5.70	US\$ 8.00	Base 66% Fe seco US\$ 0.1250 (x)
Holanda	US\$				9.38								5.70	US\$ 9.00 US\$ 8.75	Base 64% Fe natural US\$ 0.1406 US\$ 0.1367
Austria	US\$					3-8-7	3-8-9				8.00	7.00	6.10	US\$ 8.50 (£ 3-09) US\$ 8.41	US\$ 0.1328 11/d US\$ 0.1314
Inglaterra	£					(US\$9,60)	(US\$8,50)						1-18-5 (US\$35,35)	US\$ 7.90 US\$ 7.56 US\$ 8.25 US\$ 8.00	US\$ 0.1234 US\$ 0.1178 US\$ 0.1289 US\$ 0.1250
Alemanha		10.00			9.10			6.41			8.00		5.70		
Portugal	\$ Port.											7.00		US\$ 5.70 DM 22,80	US\$ 0.089 DM 25,83
Japão	US\$		10.15											US\$ 7.25 US\$ 7.00	US\$ 0.1133 US\$ 0.109
Argentina	US\$	10.15								8.25	8.00				
Espanha										8.75				US\$ 6.75 US\$ 6.10	US\$ 0.1055 US\$ 0.095
														US\$ 5.35 £ 1-18-3	Base 62% Fe natural US\$ 0.0863 7 1/2 d

(x) A base do preço de run-of-mine para o Japão é 65% Fe seco e de finas para Inglaterra é de 62% Fe natural.

1964 COMPANY IRON ORE SHIPMENTS

(Compiled by Skillings' Mining Review)

COMPANY	SITE	MINING METHOD	IRON ORE PRODUCT	GROSS TONS
1. United States Steel Corp.				
Minnesota Operations	Minnesota	O.P., U.G.	Conc., Dir., Nodules Sinter	15,363,792
Ormoco Mining Co.	Venezuela	Open Pit	Direct	13,322,387
Quebec Cartier Mining Co.	Quebec	Open Pit	Concentrate	9,141,654
Western Operations	Utah, Wyoming	Open Pit	Direct, Pellets	2,162,782
TOTAL				39,991,132
2. Hanna Group				
Iron Ore Co. of Canada	Quebec-Labrador	Open Pit	Conc., Direct, Pellets	14,162,035
The Hanna Mining Co.	Mich., Minn., Mo.	O.P., U.G.	Conc., Direct, Pellets	9,525,938
Lowphos Ore Ltd.	Ontario	Open Pit	Pellets	822,592
Cia. de Mineração Novalimense	Brazil	Open Pit	Direct	421,427
TOTAL				24,731,772
3. Lucasavaara-Kiirunavaara AB	Sweden	Underground	Conc., Direct, Pellets	19,881,230
4. Pickands Mather Group				
Erie Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Pellets	7,904,945
Pickands Mather & Co.	Mich., Minn., Wis.	O.P., U.G.	Concentrate, Direct	5,199,582
Hillon Mines Ltd.	Quebec	Open Pit	Pellets	898,150
TOTAL				14,003,783
5. Reserve Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Pellets	10,333,600
6. Trafik AB Grangesberg-Oxelösund				
Lamco	Liberia	Open Pit	Direct	6,737,500
Grangesberg Co.	Sweden	O.P., U.G.	Conc., Direct, Pellets	2,746,940
TOTAL				9,484,440
7. The Cleveland-Cliffs Iron Co.	Mich., Minn.	Open Pit	Conc., Direct, Pellets	8,358,924
8. Cia. Vale do Rio Doce S.A.	Brazil	O.P., U.G.	Direct	6,953,540
9. Bethlehem Steel Group				
Bethlehem Chile Iron Mines Co.	Chile	Open Pit	Direct	2,332,151
Bethlehem Steel Cor.	Pennsylvania	Underground	Pellets	2,026,679
Iron Mines Co. of Venezuela	Venezuela	Open Pit	Direct	1,837,443
Marmaraton Mining Co. Ltd.	Ontario	Open Pit	Pellets	553,022
TOTAL				6,749,295
10. Marcona Mining Co.	Peru	Open Pit	Conc., Direct, Pellets	5,329,000
11. Jones & Laughlin Steel Corp.	Mich., Minn., N.Y.	O.P., U.G.	Conc., Direct, Sinter	5,026,177
12. Mines de Fer de Mauritanie	Mauritania	Open Pit	Direct	4,880,400
13. Kaiser Steel Corp.	California	Open Pit	Concentrate	4,655,347
14. Cia. Minera Santa Fé	Chile	Open Pit	Concentrate, Direct	3,800,000
15. Inland Steel Group				
Caland Ore Co. Ltd.	Ontario	Open Pit	Direct	2,000,822
Inland Steel Co.	Mich., Minn.	Underground	Direct	1,225,454
Pacific Isle Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Concentrate, Direct	566,646
TOTAL				3,792,922
16. National Iron Ore Co. Ltd.	Liberia	Open Pit	Direct	3,100,000
17. Liberia Mining Co. Ltd.	Liberia	Open Pit	Concentrate, Direct	2,500,000
18. Sierra Leone Development Co. Ltd.	Sierra Leone	Open Pit	Concentrate, Direct	2,080,757
19. The Algoma Steel Corp. Ltd.	Ontario	O.P., U.G.	Sinter	1,779,521
20. Steep Rock Iron Mines Ltd.	Ontario	O.P., U.G.	Concentrate, Direct	1,313,245
21. Dominion Steel & Coal Corp. Ltd.	Newfoundland	Underground	Concentrate	1,240,327
22. Republic Steel Corp.	Minn., N.Y.	O.P., U.G.	Concentrate, Sinter	1,229,603
23. The Colorado Fuel & Iron Corp.	Wyo., Utah	O.P., U.G.	Concentrate, Direct	1,150,874
24. Woodward Iron Co.	Alabama	Underground	Concentrate	1,116,153
25. Meramec Mining Co.	Missouri	Underground	Pellets	815,629
26. Philippine Iron Mines Inc.	Philippines	Open Pit	Direct	796,636
27. International Nickel Co. of Canada	Ontario	By-Product	Pellets	750,029
28. S.A. Mineração da Trindade	Brazil	Open Pit	Direct	711,517
29. Brynner Mines Ltd.	British Columbia	Open Pit	Concentrate	674,433
30. Tennessee Corp.	Tennessee	By-Product	Sinter	660,000
31. Utah Construction & Mining Co.	Utah	Open Pit	Concentrate, Direct	643,566
32. Texada Mines Ltd.	British Columbia	Open Pit	Concentrate	515,145
33. Pittsburgh Pacific Co.	Minnesota	Open Pit	Concentrate, Direct	499,521
34. The Standard Slag Co.	B.C., Nevada	Open Pit	Concentrate, Direct	454,593
35. Samar Mining Co.	Philippines	Open Pit	Direct	401,989
36. Jadway Iron Ore Ltd.	British Columbia	Open Pit	Concentrate	383,253
37. Cia. Mineira do Lobito	Angola	Open Pit	Concentrate	304,009
38. Snyder Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Concentrate, Direct	270,407
39. Alan Wood Steel Co.	New Jersey	Underground	Concentrate	223,925
40. Oglebay Norton Co.	Ontario	Open Pit	Concentrate	182,254
41. Rhude & Fryberger Inc.	Minnesota	Open Pit	Concentrate, Direct	175,168
42. Jessie H. Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Concentrate, Direct	125,410
43. North Range Mining Co.	Mich., Minn.	O.P., U.G.	Concentrate, Direct	117,720
44. Schroeder Mining Co.	Minnesota	Open Pit	Concentrate	50,375
45. W. S. Moore Co.	Minnesota	Underground	Direct	45,536

45 LEADING IRON ORE PRODUCERS

In its Annual Compilation of Iron Shipments by various producers throughout the free world, Skillings' Mining Review presents on the opposite page the figures for the number of gross tons forwarded in 1964 by 45 companies as well as the sites of the operation, the mining systems employed, and the types of the final product. For six of the larger groups having major divisions, subsidiaries or affiliates, this information is broken down by the particular operating units. Essentially the table comprises the same concerns appearing a year ago, and these include nearly all of the iron ore producers of North America, the large Scandinavian houses, the main organizations of South America, the principal sources of Africa, and several companies in Asia.

Almost all of the listed companies supplied larger tonnages than the year before, and in many cases it was a record quantity. In 1964, the 45 producers shipped a combined amount of just under 200 million tons, which is equivalent to more than one-third of the grand total world output estimated at a new alltime high of 561 million tons, as compared with 510 million tons in 1963 and the previous peak of 514 million tons in 1960.

Of the 45 companies in the tabulation, the first three rank as the very large diversified groups shipping from 40 to 20 million tons in 1964. These are U. S. Steel, the free world's biggest single iron ore producing organization from its operations in two parts of America, Canada and Venezuela; Hanna, supplied primarily by the associated Iron Ore Co., of Canada and its domestic operations; and LKAB, the world's principal independent concern shipping for export. The next four firms comprise the portion of the table from Pickands Mather in fourth to Cleveland-Cliffs in seventh that forwarded from 14 to 9 million tons last year, and they are the remaining two major U. S. iron ore houses, the world's largest single source of pellets, and another Swedish company, which is obtaining an increasing amount from Liberia.

In the section of the tabulation from Rio Doce in eighth to Inland Steel in fifteenth, those eight companies shipped from 7 to 3.8 million tons in 1964. They consist of the other principal U. S. steel firms and the rapidly developing larger organizations of West Africa and South America. From National Iron Ore in sixteenth to Woodward Iron twenty-fourth, these nine concerns, which forwarded from 3.1 to 1.1 million tons last year, include the smaller scale West African operations and U. S. integrated organizations as well as the Canadian steel firms and an independent of that country. The final part of the table from Meramec in twenty-fifth to Moore at the bottom shipped a tonnage of 815,629 tons or less. The remaining twenty-one producers are the U. S. and Canadian bi-product sources and exporters in addition to the smaller American independents and steel concerns and the minor African, Asian and South American suppliers.

World Iron Ore Output-Gross Tons

Country	1964	1963
1 U.S.S.R.	142,110,000	134,640,000
2 U.S.	81,326,000	73,599,000
3 France	60,301,000	56,971,000
4 China	49,210,000	34,400,000
5 Canada	31,494,000	26,906,000
6 Sweden	26,116,000	23,258,000

Tuesday, July 20, 1965

METAL BULLETIN

WORLD IRON ORE PRODUCTION — 1955-64

Incl. Concentrates and Agglomerates Source: American Iron Ore Association (Thousands of Long Tons)

COUNTRIES	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
North America:										
Canada	14,539	19,954	19,886	14,042	21,865	19,242	18,178	24,428	26,906	31,494
Cuba	129	135	177	16	3	3	2	1	1	15
Dominican Republic	99	111	180	30	12	121	15	—	138	138
Guatemala	3	3	4	5	4	4	5	5	6	—
Mexico	705	801	935	955	878	855	1,127	1,790	2,291	2,264
United States	102,999	97,877	106,148	67,709	60,276	88,784	71,529	71,829	73,599	81,328
TOTAL	118,474	118,881	127,330	82,757	83,038	109,009	90,656	98,053	102,941	115,239
South America:										
Argentina	74	64	56	65	108	157	137	119	128	118
Brazil	3,329	4,011	4,898	5,103	8,766	9,197	10,059	10,608	8,137	11,072
Chile	1,512	2,621	2,652	3,700	4,576	5,946	6,879	7,964	8,373	8,956
Colombia	344	388	584	553	399	645	665	669	684	492
Peru	1,703	2,604	3,522	3,532	3,519	6,880	8,599	5,855	6,064	5,413
Venezuela	8,306	10,930	15,051	15,240	16,929	19,182	14,335	13,057	11,676	13,680
TOTAL	15,268	20,621	26,776	28,193	34,297	42,007	40,674	38,272	35,062	39,731

7. India	19,884,000	14,690,000
8. United Kingdom	16,324,000	14,912,000
9. Liberia	11,614,000	6,453,000
10. West Germany	11,433,000	12,004,000
11. Brazil	11,072,000	8,137,000
12. Chile	8,956,000	8,373,000
13. Malaya	6,701,000	7,264,000
14. Luxembourg	6,575,000	6,820,000
15. Australia	5,905,000	5,688,000
16. Peru	5,413,000	6,064,000
17. Spain	5,218,000	5,200,000
18. Mauritania	4,880,000	1,279,000
19. South Africa	4,626,000	4,390,000
20. North Korea	4,124,000	3,792,000
21. Austria	3,533,000	3,575,000
22. Czechoslovakia	3,051,000	3,354,000
23. Poland	2,628,000	2,568,000
24. Japan	2,510,000	2,360,000
25. Mexico	2,264,880	2,291,300
26. Norway	2,254,680	1,935,000
27. Algeria	2,220,000	1,945,000
28. Yugoslavia	2,201,000	2,261,000
29. Sierra Leone	2,168,000	1,954,000
30. Rumania	1,772,000	2,250,000
31. East Germany	1,624,000	1,624,000
32. Italy	1,545,000	990,000
33. Philippines	1,427,000	1,339,000
34. Morocco	888,000	1,013,000
35. Tunisia	878,000	832,000
36. Angola	827,000	623,000
37. Finland	768,000	360,000
38. Hungary	768,000	719,000
39. Guinea	738,000	364,000
40. Bulgaria	689,000	645,000

FRONT COVER PICTURES

Pictured on the front cover are two scenes in the foreign iron ore industry. On the top is a view in central Africa of the iron ore mine and plant operated by The Rhodesian Iron & Steel Co. Ltd. at Redcliff, Southern Rhodesia. This is one of the world's few operations in which iron ore is mined, cast into pigs from the blast furnace, converted into steel ingots and rolled on the same site. On the bottom is a view at the North Sea port of Rotterdam, Holland, showing the ore transfer dock operated by Muller Hanna Co. in the Botlek area. An ocean-going vessel is discharging from ore white Rhine River barges are being loaded.

Page 4 — July 24, 1965 — Skillings' Mining Review

COUNTRIES	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Europe:										
Albania	—	—	—	88	173	251	352	420	295	—
Austria	2,793	3,207	3,441	3,356	3,329	3,486	3,635	3,692	3,675	3,533
Belgium	104	142	136	121	140	157	113	80	93	60
Bulgaria	111	232	267	288	367	405	411	618	645	689
Czechoslovakia	2,451	2,499	2,766	2,755	2,921	3,071	3,242	3,422	3,354	3,051
Denmark	—	—	—	—	—	—	—	—	—	354
Finland	181	203	207	212	224	269	276	292	360	763
France	49,517	51,872	56,873	58,534	59,976	65,907	65,554	65,254	56,971	60,501
Germany	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
East	1,638	1,729	1,455	1,482	1,574	1,616	1,617	1,616	1,624	1,624
West	15,436	16,661	18,031	17,704	17,778	18,571	18,568	16,380	12,694	11,430
Greece	189	323	424	275	154	292	287	295	195	—
Hungary	347	344	327	365	332	508	595	671	719	768
Italy	1,372	1,648	1,556	1,272	1,217	1,242	1,216	1,133	990	1,545
Luxembourg	7,091	7,474	7,719	6,533	6,406	6,807	7,340	6,404	6,880	6,575
Norway	1,236	1,526	1,567	1,617	1,558	1,065	1,647	1,919	1,935	2,254
Poland	1,672	1,774	1,757	1,931	1,982	2,148	2,348	2,398	2,568	2,628
Portugal	187	233	281	228	238	297	230	229	221	207
Rumania	627	603	634	731	1,047	1,437	1,710	1,711	2,250	1,772
Spain	3,709	4,310	5,155	4,954	4,536	5,349	5,967	5,670	5,200	5,216
Sweden	17,727	18,048	19,009	18,023	18,061	21,548	23,220	21,675	23,258	26,116
Switzerland	127	129	114	75	60	125	85	100	95	79
USSR	70,727	76,010	82,903	87,414	92,551	104,166	115,776	126,079	134,640	142,710
United Kingdom	16,175	16,245	16,942	14,613	14,870	17,088	16,518	15,277	14,912	16,324
Yugoslavia	1,376	1,698	1,876	1,965	2,062	2,165	2,150	2,155	2,261	2,204
TOTAL	194,146	208,526	224,070	224,536	231,636	258,650	272,857	277,490	275,835	290,408
Asia:										
Burma	4	4	4	6	4	16	16	9	—	—
China	6,900	8,900	14,800	29,500	44,300	54,100	34,400	29,500	34,400	49,210
Goa	2,176	2,305	2,901	2,889	3,025	5,764	6,381	5,354	4,920	—
Hong Kong	115	123	94	105	120	115	117	111	112	118
India	4,678	4,098	5,085	6,033	7,856	10,514	12,076	13,151	14,690	9,684
Iran	10	10	10	138	59	57	41	10	—	—
Japan	1,492	1,862	2,204	2,056	2,508	2,809	2,826	2,546	2,360	2,510
Korea:	—	—	1,040	1,527	2,660	3,059	3,494	3,287	3,799	4,134
North	—	62	182	257	278	366	497	464	493	—
South	29	41	41	22	3	3	—	—	—	10
Lebanon	42	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Malaya	1,466	2,445	2,972	2,795	2,761	5,611	6,734	6,508	7,264	6,791
Pakistan	—	—	24	8	2	6	4	—	—	5
Philippines	1,410	1,417	1,325	1,082	1,211	1,121	1,153	1,365	1,339	1,427
Formosa	—	—	5	10	9	8	13	6	5	—
Thailand	5	6	9	15	6	11	53	44	16	133
Turkey	760	915	1,146	936	859	778	746	800	735	591
TOTAL	20,077	24,198	31,850	47,400	66,700	84,400	68,600	63,200	70,100	84,613
Africa:										
Algeria	3,541	2,587	2,746	2,298	1,897	3,384	2,822	2,029	1,945	2,234
Angola	—	—	104	282	343	649	799	740	628	837
Guinea	640	834	1,074	405	357	764	533	689	364	738
Liberia	1,870	2,108	1,935	2,264	2,647	3,003	3,200	3,550	6,453	11,614
Mauritania	—	—	—	—	—	—	295	984	1,279	5,700
Morocco:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Northern Zone	1,017	1,356	1,839	1,514	1,245	1,552	1,439	1,131	1,019	886
Southern Zone	305	482	—	—	—	—	—	—	—	—
Northern Rhodesia	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Southern Rhodesia	83	114	133	143	128	156	382	609	645	640
Sierra Leone	1,332	1,311	1,324	1,300	1,426	1,447	1,668	1,983	1,954	2,165
South Africa	1,967	2,031	2,047	2,177	2,845	3,023	3,898	4,263	4,390	4,626
Sudan	—	—	—	—	—	3	5	20	—	—
Tunisia	1,122	1,151	1,162	1,086	966	1,017	836	749	832	876
Egypt	—	129	250	175	242	237	415	454	481	246
TOTAL	11,879	12,103	12,614	11,644	12,076	15,235	16,292	17,201	19,990	24,362
Oceania:										
Australia	3,573	3,924	3,806	3,917	4,141	4,355	5,342	4,843	5,685	5,905
Fiji	—	—	1	3	12	24	10	6	1	—
New Caledonia	—	28	230	290	282	272	273	298	294	295
New Zealand	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
TOTAL	3,573	3,952	4,037	4,210	4,435	4,651	5,625	5,147	5,980	6,203
WORLD TOTAL (estimate)	363,417	388,281	426,677	398,740	432,132	513,952	494,704	499,363	509,908	561,056

1955-1964 U.S. Department of the Interior, Bureau of Mines. 1964 — Statistical Quarterly Report for Iron and Steel Industry, West German Iron and Steel Federation, Düsseldorf. Detail does not necessarily add to totals. Revised. * Metal Bulletin Figure.

PREÇO DESTA NÚMERO, CR\$ 1